

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
CORDEIRIA DE POLÍCIA MILITAR
DISTRITO DE FLORES

Policiamento Comunitário em Goiás. E Uma Solução?

Oficial - Alvaro José Lourenço D. Nicolau

MONOGRAFIA CAC-98

Goiânia, Go / 1998

JOSÉ EURÍPEDES PEREIRA NICOLAU - CAP PM

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM GOIÁS.
É UMA SOLUÇÃO?**

*Trabalho Técnico Profissional apresentado
à Academia de Polícia Militar do Estado de
Goiás, como exigência parcial, para con-
clusão do Curso de Aperfeiçoamento de Ofi-
ciais, sob orientação do TC PM Hercílio
Alves Dias.*

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA — 1993

A G R A D E C I M E N T O S

Em primeiro lugar a **Deus**, sem o qual todos os esforços humanos e sobre-humanos seriam em vão, e sem o qual não existiríamos.

À minha adorada esposa **Maria de Fátima Nicolau**, que me acompanha dia-a-dia, entre as flores e os espinhos da vida, mas sempre amiga e com palavras de incentivo e apoio.

Aos meus filhos, **Dalbson da Silva Nicolau**, **Alessandro Pereira Nicolau** e **Alinne Pereira Nicolau**, aos quais dedico minha vida de lutas e dos quais retiro renovadas forças para continuar lutando, sempre pensando num belo futuro que os espera.

Ao TEN CEL **Hercílio Alves Dias**, pelo imenso apoio, incentivo e compreensão, pois por já ter passado por essa fase com seu próprio esforço, hoje não deixa de auxiliar a todos aqueles com os quais convive, e que tentam galgar mais um degrau na sua profissão.

À grande mestra Prof^a **Cibele Souza Marques e Silva** que nos orientou, com toda a paciência e dedicação, a fim de que pudéssemos efetuar um trabalho com qualidade e perfeição.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa **Maria de Fátima Nicolau** e a meus filhos **Dalbson, Alessandro e Aline**, para os quais desejo toda a felicidade do mundo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
I - POLÍCIA MILITAR: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	6
1.1 - SUA ORIGEM.....	6
1.2 - POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DE GOIÁS: SEU COMEÇO.....	9
II - EMBASAMENTO TEÓRICO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
2.1 - POLICIAMENTO OSTENSIVO.....	12
2.2 - O PODER DE POLÍCIA.....	13
III - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: DENOMINAÇÃO E FINALIDADE...	15
IV - TIPOS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS.....	18
4.1 - SÃO PAULO.....	18
4.2 - ESTADO DE MINAS GERAIS.....	19
4.3 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROJETO.....	23
4.4 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	26
4.5 - ESTADO DO PARANÁ.....	27
4.6 - DISTRITO FEDERAL.....	28
4.7 - ESTADO DE GOIÁS.....	31

V	- VANTAGENS E DESVANTAGENS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO..	35
5.1	- VANTAGENS.....	35
5.2	- DESVANTAGENS.....	36
VI	- ASPECTOS GERAIS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	37
6.1	- SOCIAL.....	37
6.2	- PSICOLÓGICO.....	38
6.3	- ECONÔMICO.....	38
VII	- METODOLOGIA.....	40
7.1	- APRESENTAÇÃO.....	40
7.2	- FONTES.....	40
7.3	- INSTRUMENTOS E DOCUMENTAÇÃO.....	41
7.4	- PERÍODO E LOCAIS DE COLETA DE DADOS.....	41
7.5	- APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	42
7.6	- ANÁLISE REFERENTE ÀS ALTERNATIVAS.....	81
7.7	- SÍNTESE DAS ENTREVISTAS.....	86
VIII	- SUGESTÕES.....	98
	CONCLUSÃO.....	101
	BIBLIOGRAFIA.....	103
	ANEXOS.....	105

I N T R O D U Ç Ã O

O tema deste trabalho tem um pouco de esperança, e essa esperança é a implantação da Polícia Comunitária em nosso Estado, a fim de que a mesma se una à população, auxiliando-a e sendo auxiliada, na luta contra um inimigo comum, para que a paz reine em nossos lares.

Sua criação é fazer ofuscar essa visão terrível que existe a respeito do Policial Militar, e que já demasiado número de pessoas fizeram figurar sobre suas portas de entrada, substituindo-a por outros verdadeiros, pois a esperança não é uma realidade difícil. A mais urgente necessidade que sentimos nestes tempos modernos é descobrir um relacionamento simples entre os homens. A razão desta falta de integração é simplesmente porque a sociedade está sofrendo pressões vividas do lado de fora.

Vamos visualizar os pressionamentos que nos assaltam, para que seja preservado, para nós e para nossos semelhantes, o direito que todo homem tem de traçar seu próprio destino à sua própria maneira.

Neste trabalho apresento de maneira apenas teórica, um novo método para enfrentar as pressões e os problemas que sur

gem a cada dia. Um sentido de responsabilidade coletiva é uma técnica de cooperação entre todos, a fim de melhorar as condições sob as quais vivemos. Não é apenas um desejo, mas uma essencial necessidade à continuidade da vida humana neste mundo de violência.

São propostas e experiências vividas por pessoas que tentaram melhorar as condições elementares de sobrevivência. Uma maneira simples de integração PM e comunidade.

Inicialmente pude explanar sobre a origem da Polícia, que como sabemos existe desde a antiguidade. Seus deveres e obrigações, sempre foram cumpridos dentro dos limites que lhes foram conferidos.

Na sequência foram analisados alguns Estados, através de pesquisas já efetuadas anteriormente, que de uma maneira ou de outra, tentaram a implantação do Policiamento Comunitário. Alguns tiveram seus estudos com resultados positivos, outros com suas experiências puderam constatar sua eficácia, e para aqueles que não tiveram a oportunidade de tentar, fica aqui uma simples sugestão que pode ser de grande ajuda para futuras implantações.

Ao final deste trabalho, procuro mostrar seus aspectos, distintamente, de forma a apresentar seus valores perante a sociedade. Para concluir, acredito que, na esperança de vencer as batalhas contra um inimigo comum, a união entre PM e comunidade é que nos dará a vitória.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

I - POLÍCIA MILITAR: CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 - SUA ORIGEM

A Polícia como instituição, é uma das características do Estado organizado e, como tal, existiu desde a remota Antiguidade. Sua função consiste em manter a ordem pública, bem como fazer valer as disposições legais para a prevenção e investigação dos crimes. Além disso, como órgão preventivo e defensivo, é empregada para manter o estado político e social vigente. Nos mais diversos regimes políticos, a Polícia tem também esta função de defesa do Estado contra a subversão. Neste sentido, porém, em determinados países, degeneram facilmente numa arma tirânica, o que fez Chateaubriand afirmar que "a Polícia, na sua própria natureza é antipática a toda liberdade".⁽¹⁾ A legislação de diferentes países prevê certa limitação do poder policial, a fim de possibilitar determinadas garantias do indivíduo contra uma possível opressão por parte daquele poder.

Em regimes tirânicos, inclusive em modernos Estados ditatoriais, o poder de polícia atingiu a máxima amplitude, chegando em alguns casos, como na ex-Alemanha nazista, a constituir verdadeiro Estado dentro do Estado.

(1) Enciclopédia Mérito Universal. Ed. Mérito. Volume 10. p. 56.

Segundo a concepção democrática de Polícia, ela deverá atingir a liberdade do indivíduo unicamente quando esta degenerar ou estiver ameaçada de degenerar em licença. A Polícia, como organização, estabelecida pelas autoridades para manter a tranquilidade do Estado e zelar pela segurança dos cidadãos, era prevista pelas Leis dos Egípcios, dos Gregos, dos Romanos e de outros povos antigos. Todavia, em Roma, foi somente no reinado de Augusto que a Polícia tornou-se uma instituição especial da cidade. No entanto nas mãos de seus sucessores ela se transformou num instrumento de tirania e equilíbrio.

Após a queda de Roma, desapareceu os traços de uma Polícia legalmente organizada e predeterminada, reaparecendo porém, na Legislação de Carlos Magno. Após a morte do imperador, o período de anarquia que se seguiu caracterizou-se pela anulação daquela organização aperfeiçoada e bastante minuciosa, na previsão das possíveis transgressões da ordem, mas, pouco depois, o estabelecimento dos normandos na França levou aquele país um sistema repressivo altamente organizado. O mesmo surgiu de base no Código Policial estabelecido por Guilherme, o Conquistador, na Inglaterra.

Antes da conquista normanda, havia naquele país um sistema de responsabilidade coletiva, segundo o qual cada dez pessoas eram responsáveis pelo comportamento do Grupo.

Nos diferentes tipos de Estado que se seguiram na história, houve diversas modalidades de organização Policial. Aliás, embora existissem desde a Antiguidade instituições de Polícia, no sentido que se atribui modernamente ao termo, empregava-se a palavra para indicar mais propriamente a ordenação da cidade e

do Estado. Tal acepção conservou-se durante a idade média e somente no século XV começou-se a falar, sobretudo na França e na Alemanha, de Polícia como instituição destinada a zelar pela ordem e pela segurança pública. Com a tendência característica da época, de uma concentração de poderes nas mãos do soberano, prevaleceu a atribuição ao mesmo da autoridade máxima naquelas questões, sem qualquer controle pelos tribunais, e os séculos seguintes marcaram uma extensão cada vez maior do poder da Polícia.

Os primeiros passos para a criação e desenvolvimento de Polícias urbanas no Brasil, foram dados pelas ordenações Filipinas, que criaram o serviço gratuito de Polícia, exercidos pelos moradores, organizados por quadras e quarteirões, controlado primeiro pelos alcaides e depois pelos juizes da Terra. A execução dessas normas deu-se através da correição do Servidor-geral Luiz Nogueira, em 1626. Quando necessário, a ação de quadrilheiros eram forçadas pelas tropas pagas existentes. Em 1710, agravando-se em Minas Gerais o problema da manutenção da ordem, em decorrência do aumento da população, o então governador criou um terço, formado de 500 soldados e oficiais, dividido em duas companhias pagas, para o policiamento das zonas de mineração. Com o surgimento de novos povoados, o terço foi reformulado, criando-se então as Companhias de Dragões, conforme ato real.

Foram esses Dragões que forneceram os primeiros alferes para o Casa do Trem, e deles formou-se mais tarde o 1º Regimento de Cavalaria de Guarda. Com a vinda da Família Real, criou-se por decreto de 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, unidade de cuja evolução resultou a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Com o tempo, através de Leis, Decretos e Constituições, esta Polícia foi se organizando, estruturando e formando o que hoje temos nos Estados, Municípios e mesmo nas pequenas vilas.

A Constituição estabelece que as Polícias Militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, bem como os Corpos de Bombeiros, são considerados Forças Auxiliares, reserva do Exército.

O Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967, reorganizou as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, ligando-as ao Exército, através da criação da Inspeção Geral das Polícias Militares.

1.2 - POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DE GOIÁS: SEU COMEÇO

No começo de Goiás, o serviço de Polícia era realizado pela Tropa de Linha, Exército do Império. Na ocasião da Guerra do Paraguai, a província contratou homens para realizar o serviço Policial. Estes eram chamados de "bate-paus". No governo de Francisco Januário da Gama Cerqueira, foi baixada a Resolução nº 13, de 28 de julho de 1858, criando a Força Policial do Estado. No mesmo ano foi baixado o regulamento da Força Policial, que estabeleceu ainda que os componentes da Força receberiam instrução militar, usaria armamento de infantaria e instituiu as normas disciplinares e o uniforme.

De 1858 a 1884, não há registros sobre a real existência e desempenho da Guarda. Os historiadores afirmam que a Resolução acima citada só foi colocada em prática em 1884 pela Resolução provincial nº 520, de 10 de julho, que de fato organizou a refe

rida Força Policial, isto no governo de Camilo Augusto de Bri
to.

O primeiro Comandante da Guarda Provincial foi o Capitão
João Fleuri Alves de Amarin.

II - EMBASAMENTO TEÓRICO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A esperança desperta a força que vem do interior das pesoas, encorajando-as ao enfrentamento das vicissitudes da vida. Estamos conscientes de que hoje, como nunca, todos procuram meios de assegurar para si uma vida mais calma. São pressionamentos que nos assaltam, vindos de todos os lados. Uma grande maioria vê-se obrigada a trabalhar sob condições que, muitas vezes, não são de seu agrado, e mediante remuneração que nem sempre representa integralmente a justa recompensa. É por tudo isto, pressões muito mais de natureza política ou econômica, nos faz viver num mundo de turbulência, gerando por assim dizer uma violência desregrada, que mesmo indesejada provoca uma guerra entre os homens. Se fazemos parte de milhões de pessoas que vive sob pressão, não podemos julgar que tudo está perdido.

Assim, trabalhando em defesa de nossos interesses, da ordem e da segurança pública, encontra-se formada com todo seu potencial, a Polícia Militar, uma instituição feita para nossa sociiedade, defendendo os direitos de todos como cidadãos e proporcionando uma paz relativa, e acima de tudo, uma segurança como mola impulsionadora da vida.

2.1 - POLICIAMENTO OSTENSIVO

Ação Preventiva:

O serviço de policiamento ostensivo fardado é eminentemente preventivo, tem a finalidade de evitar o crime, o fato anti-social ou a contravenção. Por esta razão, o Policial Militar ao executar qualquer tipo de serviço, deve estar atento a tudo e a todos. A ação preventiva se faz pelas seguintes fases:

- a. Vigilância;
- b. Suspeita;
- c. Averiguação;
- d. Advertência ou detenção;
- e. Autuação.

Iniciando-se pela vigilância, esta é uma ação do Policial Militar em se fazer presente em local onde tenha movimentação de pessoas e bens, ou onde possa ocorrer fatos anti-sociais, e ficar atento para todos os detalhes do local.

A atitude de vigilância do Policial Militar é caracterizada pela observação constante, e para o cidadão comum. Esta atitude traz confiança e condições psicológicas de segurança para trabalhar e bem viver sua vida.

A suspeita é a desconfiança que o Policial Militar tem por objetos ou pessoas, que em razão de sua experiência e instrução, supõe fora da anormalidade.

A averiguação é o empenho do Policial Militar visando a constatação do grau de tranquilidade desejável, em razão de sus

peita. Esta se processa geralmente para esclarecimentos de comportamento incomum ou inadequado.

A advertência é o ato de interpelar um cidadão encontrado em conduta inconveniente, não se configurando ainda crime ou contravenção, buscando a mudança de atitude a fim de se evitar o afloramento de infração.

Com a autuação se encerra a ocorrência policial. Esta é o registro escrito, mediante formulário próprio, dos fatos ocorridos e na qual constam dados ou características da autoridade, do preso, do condutor e das testemunhas.

2.2 - O PODER DE POLÍCIA

Este deve ser definido como o direito administrativo que tem o Estado de limitar e condicionar o exercício das liberdades e dos direitos individuais, visando assegurar um nível de segurança capaz de preservar a ordem pública, o atendimento de valores mínimos de convivência social, notadamente segurança, salubridade, decoro e estética.

O poder de polícia não é aberto, amplo, irrestrito, pelo contrário, é limitado. São limites do poder de polícia:

a. Direitos do cidadão - englobam aqui as garantias individuais amparadas pela Constituição Federal, bem como os direitos adquiridos pelo cidadão;

b. Prerrogativas individuais - há direitos que não são inerentes a todos os cidadãos. Pelas circunstâncias expressas em Leis, alguns elementos da comunidade são privilegiados, como é o caso do militar, que só poderá ser preso por autoridade po

licial, no caso de flagrante delito e somente durante a lavratura deste.

c. As liberdades públicas - neste caso, temos como exemplo, o direito de reuniões.

O agente da Lei, representante do Estado, exerce o poder de polícia limitado por estes direitos do cidadão, bem como os constantes em Regulamentos.

Sendo o poder de polícia discricionário, o agente da Lei não pode ultrapassar os limites impostos, para não incorrer no que chamamos de "abuso de poder".

A discricionariedade é imprescindível para o exercício da função policial. Caso contrário, o Estado torna-se despótico e a Polícia arbitrária, e, deste modo, não estarão mais a serviço do bem comum.

III - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Esta é uma modalidade de policiamento simples, em que muitas das vezes sua função se restringe a resolver os problemas específicos do seu setor, de forma a prestar serviços de uma maneira ágil e qualificada, fazendo com que haja uma maior integração entre Polícia e Comunidade.

A busca da participação da comunidade no policiamento, é uma forma de prevenção do crime e ao mesmo tempo, de fortalecimento da paz, visando a preservação da ordem pública e sua manutenção.

A área de responsabilidade para o Policiamento Comunitário, deve variar de acordo com o tamanho e a densidade populacional.

O Estado tem obrigatoriamente como dever, proporcionar a segurança a todo e qualquer cidadão, não importando cor, raça ou sexo. Para manter a segurança, o Estado utiliza das Leis e medidas gerais, que são os recursos viáveis para uma boa ordem comunitária.

A introdução do Policiamento Comunitário, seria por assim dizer, uma integração maior do Policial e dos moradores do

bairro. Não é suficiente apenas a presença de soldados nos locais, mas sua permanência, ou seja, instalação definitiva do Policial com a família, e que estes também passem a ser parte da comunidade, onde juntos resolveriam os problemas também de defesa social. Buscariam uma conscientização maior entre moradores e Policiais Militares, e conseqüentemente uma proteção maior entre todos.

O que se pretende na realidade é tentar superar tais limitações que a Polícia Militar enfrenta no dia-a-dia, usando da criatividade, para melhorar a condição de vida do cidadão através de uma segurança mais qualificada e com menos burocracia. Seria uma maneira mais moderna, com mais técnica de administração policial, limitando seu espaço e conseqüentemente, aumentando suas possibilidades de um melhor atendimento profissional que causaria uma maior tranquilidade na comunidade.

Se dividirmos proporcionalmente toda área a ser segura pela Polícia Militar, e da mesma maneira, recrutarmos proporcionalmente a população existente, o número exato de soldado para atender à demanda, estaremos seguramente aceitando os critérios exigíveis de uma boa administração.

O que deve ser levado em conta é sempre a qualidade e já mais a quantidade. Tem de haver um equilíbrio entre Polícia e Comunidade, na proporção exata de suas necessidades.

Nestes termos, com toda certeza, as possibilidades de uma negativa são mínimas, enquanto que a satisfação dos desejos dos cidadãos em se tratando de segurança, poderá alcançar um nível bem superior ao existente atualmente nas capitais brasileiras.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

7

IV - TIPOS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO:
PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS

4.1 - SÃO PAULO

A situação apresentada pelo CAP PM Otávio F. de Pedroso Filho, do comando de Policiamento de Área Interior/3(3º BPM/I):

- "a) Em 1990, o policiamento ostensivo na cidade de Ribeirão Preto, enfrentava dificuldades em razão que estavam centralizadas as decisões nos dois comandos das Companhias, localizadas na sede do 3º Batalhão de Polícia Militar do Interior - 3º BPM/I, em razão da demanda e da distância Polícia-Comunidade e até pela atuação geográfica, os policiais militares trabalhando em turnos, trocando o serviço na sede, não comprometidos com a comunidade, sem viatura fixa, embora setorizado, mas com visão global da cidade e com mais da metade da frota na oficina;
- b) Muitos indiciamentos de PM na Lei 4.898/65 (Abuso de autoridade) por falta de testemunhas favoráveis aos PM na execução do serviço". (2)

Estas são situações corriqueiras que poderiam facilmente ser evitadas, caso houvessem os postos de Policiamento Comunitário, descentralizados com poderes de decisões aos graduados mais baixos, sargentos e cabos. As áreas delimitadas de acordo com a

(2) Otávio F. de Pedroso Filho. PM destacados no bairro são conhecidos da comunidade e a conhece, gerando maior proteção. 1992. p.4.

população, índices de ocorrências, obstáculos físicos naturais e outras considerações mais, estariam sob a responsabilidade da autoridade máxima do Posto Comunitário. Neste, seria criado um Conselho formado por moradores do complexo, onde todos seriam parte integrante deste complexo, com parceria com a PM, que também é parte da comunidade por ser morador da mesma.

Seria também necessário a instalação de uma sede, bem localizada, administrada pelo próprio Conselho, onde a PM permaneceria as 24 horas do dia na manutenção da ordem e segurança, e atendimento rápido a todas as emergências. Esta sede seria a base de segurança comunitária.

Quanto a sua formação, o Comandante da Base de Segurança Comunitária participaria juntamente com os integrantes do Conselho, das reuniões, onde todos seriam informados dos problemas de cada bairro, juntamente com os PM destacados para aquela localidade.

Seria um trabalho integrado, Polícia e Comunidade, em prol dos interesses dos moradores, e ao mesmo tempo, uma maneira de utilização das medidas preventivas contra as ameaças que afetam a população no seu dia-a-dia.

O Comandante por sua vez, tomaria conhecimento dos problemas comunitários, conheceria os membros da comunidade, passaria a conviver com todos os tipos de aborrecimentos, e por tudo isto, conseguiria na maioria das vezes, evitar certos tipos de delitos ou perturbações, ou mesmo a violência que aumenta cada dia mais.

Em São Paulo a experiência mostrou que para a implanta

ção da Polícia Comunitária, é preciso fazer uma divisão propor
cional de toda a cidade, levando-se em consideração determina
dos aspectos, ou seja:

- a. Obstáculos físicos naturais,
- b. Índices de ocorrências,
- c. População existente na área;
- d. Efetivo;
- e. Viatura;
- f. Especialidades possíveis de divisão, como renda esco
lar etc.;
- g. Apoio das companhias, para cobrir a área supervisiona
nada;
- h. Verificar a área que a PM tem penetração: escolas, as
sociedades de bairros e outros;
- i. Em caso negativo, desenvolver PM para a integração com
a comunidade.

Além dos aspectos mencionados, é necessário um bom rela
cionamento com a comunidade, a fim de que se transmita, tanto
aos moradores, como aos membros da PM, uma confiança mútua. A
convocação de todos se faz necessária, para um estudo mais apro
fundado dos interesses da comunidade, levando assim a um apro
veitamento maior das reuniões.

Nestas reuniões deve-se também tentar valorizar cada mem
bro de sua comunidade, para um melhor entrosamento entre todos,
e que seja imprescindível a presença de alguns PMs, principal
mente os que vão atuar na área.

O local a ser escolhido para a base de Segurança Comunitária, deve ser central e de fácil acesso, além de ser um local de boa apresentação quanto ao aspecto sociológico e psicológico.

É de se esperar que a implantação do Policiamento Comunitário sofra algumas dificuldades. Estas devem ser contornadas se a qualidade do atendimento for satisfatório. Se há falhas, devem ser corrigidas, e se com o tempo existir mudanças, serão positivas em todos os setores.

As vantagens e desvantagens, estas existem em qualquer nova implantação a ser feita. Em resumo, esta proposta feita no Estado de São Paulo, e que foi de alguma forma introduzida como experiência, obteve resultados satisfatórios, que estimulam a criação de outras bases de Segurança Comunitária, que também apresentou resultados superiores a expectativa.

4.2 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Tomando a experiência já existente no Japão, a cidade de Uberlândia, tornou o Policiamento Comunitário nos bairros uma realidade. Buscou-se uma Polícia preventiva, em vez de se esperar o pedido de auxílio.

Assim, foi criado um convênio com o Rotary Clube, a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar. A cada um foi dada uma incumbência, e, em 1990, foi inaugurado o 1º PPO (Posto de Policiamento Ostensivo).

Fisicamente, o projeto de PPO fixo para a execução de Policiamento Comunitário consiste na construção de um pequeno quartel e quatro casas.

O terreno é doado pela Prefeitura, e a construção ficou por conta do Rotary Clube. A PM fica incumbida de instalar o pessoal e um aparelho de rádio VHF, ligado diretamente à sala de operações da respectiva subunidade.

Isto porém, não foi suficiente. Foi necessário que os Postos fossem transformados em centros de atendimento a todos os moradores, para que juntos resolvessem os problemas de defesa social. Houve um entrosamento de tal forma satisfatória, que outros Estados passaram a solicitar cópia deste projeto.

Procuraram conscientizar a todos da necessidade de existir segurança, ou seja, uma sociedade sem violência e uma nova vida com tranquilidade.

"Os princípios que regem o Policiamento Comunitário assentam-se na necessidade que as pessoas têm de segurança não DEVER que o Estado tem de proporcionar segurança aos cidadãos, no bom uso da Razão, que impõe a prioridade de se evitarem delitos e acidentes, em vez de se esperar sua ocorrência, para atendê-los (embora seja evidente que esses, mesmo com adoção dessa prioridade, se sucederão) e na convicção de que, embora no plano individual seja uma constante a prática do delito (crime) é possível torná-los menos numerosos no plano coletivo das comunidades (criminalidade), esse esforço é obrigação da Polícia Militar". (3)

Os princípios do Policiamento Comunitário foram assim relacionados:

- a) Presença real do policiamento ostensivo, para diminuir

(3) Alcino Lazares Cortez Costa. Policiamento Militar. s/d. pp. 12-13.

a delinquência;

b) Decisão conjunta (PM-Moradores): estas decisões devem ser feitas de comum acordo, para tanto se faz necessário reuniões periódicas com a presença do Comandante do PPO e lideranças do bairro.

c) PPO como suporte físico do Policiamento Comunitário. O Posto é o centro de atendimento direto aos moradores, e os PM e família, também moradores do bairro, passam a enfrentar os mesmos problemas e ali permanecendo indefinidamente, entrosando-se e gerando uma maior comunicação entre PM-moradores.

d) Policiamento Comunitário. PM e moradores com o mesmo interesse, ou seja, a prevenção.

e) Compromisso com o bairro. Os PM têm um compromisso que jamais poderá ser afetado por problemas indiretos.

f) Proteção ao inocente. De suma importância neste país, onde muitos inocentes são acusados e criminosos são inocentados.

g) Procedimentos preventivos e não repressivos. Educar para não delinquir. A marginalidade é fruto de uma má educação, é consequência de falhas imperdoáveis da sociedade.

h) Permanência no bairro. PM de PPO deve permanecer nos bairros, não se afastando por nenhum motivo.

i) Prioridade de efetivos para prevenção. Os Comandantes não devem ter receio de destinar efetivos aos PPO.

j) Compromisso com o momento presente. A sociedade pode

se tornar melhor, só depende de nós.

1) Controle. O controle é necessário, e este deve ser feito pelo Comandante.

O Policiamento Comunitário é ainda uma experiência, mas pode se tornar uma realidade completa. Os resultados são da melhor qualidade nos locais onde já se encontram em pleno funcionamento, como no caso de Uberlândia.

4.3 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROJETO

As idéias básicas de Polícia Comunitária deram início em 1984/87, no chamado Plano Diretor da PMERJ.

"Promover, adaptando a estrutura policial-militar às exigências da segurança pública, o ajustamento comportamental da organização dentro de uma nova concepção de ordem dentro de uma nova concepção de ordem pública, na qual a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais, o que implica em um novo policial e uma nova polícia". (4)

Estas idéias citadas pelo CAP PM Fernando de Souza Almeida, apareceram mais na vontade de se criar uma nova Polícia, do que a já então difundida pelos países americanos, a Polícia Comunitária. Os projetos a serem alcançados eram bem diferentes daqueles comumente obtidos. Seria muito mais uma integração entre moradores e PM, a fim de se promover uma espécie de convivência harmoniosa e uma prestação de serviços.

(4) Fernando de Souza Almeida. Projeto de Policiamento Comunitário na Área do 6º BPM. 1992. p. 17.

Seguiram-se então os seguintes procedimentos:

FORMAÇÃO:

A Assessoria Técnica de Assuntos Especiais da Secretaria do Estado da Polícia Militar, selecionou 11 (onze) Policiais Militares voluntários do 6º BPM, dos quais 01 (um) era Sargento, 01 (um) Cabo e 09 (nove) Soldados. Todos participariam por sua livre e espontânea vontade neste novo projeto a ser implantado.

Neste o objetivo era fazer com que os PM combatessem a criminalidade, não mais usando da força, mas de uma nova idéia filosófica, de Polícia-serviço. Participaram de palestras sobre relações humanas e relacionamento interpessoal, e várias outras que por sua natureza integraram os PM na vida social e comunitária, envolvendo todos os aspectos, fossem eles de origem Legislativa ou Judiciária.

O Comando do 6º BPM, contando com os envolvidos diretamente no projeto, realizou diversas reuniões com os representantes da comunidade, ou seja, Associação de Moradores, Diretores de Escolas, Associações Comerciais, Diretores de Clubes, objetivando esclarecer a nova modalidade de policiamento, assim como também a responsabilidade e a importância da participação de todos na questão de segurança pública. Mais seguramente procurar mostrar o quanto era importante o trabalho em conjunto — Moradores - Polícia Militar — nas soluções do problemas que diariamente afetam a comunidade.

O Policiamento Comunitário conta também com uma sala independente na própria sede do 6º BPM, inteiramente instalada com aparelhos necessários para um ágil e moderno atendimento assis

tencial.

Cada Policial recebe e é responsável pelo preenchimento dos documentos a serem utilizados. A descrição do setor, ou seja, uma planta com os limites de suas atuações; o mapa dos principais crimes que ocorrem no setor, inserindo neste os locais e horários que os mesmos ocorrem; o plano mensal de trabalho, que se trata dos programas a serem alcançados dentro do setor de policiamento; o registro das condições do setor, que é um documento onde o Policial Comunitário vai relacionar todos os problemas específicos do seu setor, sejam estes observados pelo mesmo ou trazidos por membros da comunidade. São colocadas as medidas para uma rápida solução, o que demonstra um interesse por parte do policial e por sua vez, além de aumentar a confiança de todos, representa também um importante fator na integração da Polícia Militar com a comunidade.

Seus documentos, como Policial Comunitário, devem ser apresentados à comunidade, com a descrição de suas responsabilidades e deveres, e tudo o mais que for necessário para o correto reconhecimento daquele que se encarregará da segurança e tranquilidade do seu setor.

O Policiamento Comunitário, como já foi dito, consta de 11 (onze) policiais. Cada setor de atuação compreende 2 (dois) quarteirões e se encontra dividido da seguinte forma: 6 (seis) setores de policiamento no bairro do Grajaú e 2 (dois) no bairro do Andaraí.

A partir de outubro de 1991, ocorreu uma expansão de setores de policiamento, sendo anexados a cada um, mais um quarteirão contíguo ao já existente, aumentando assim a área de atua

ção de cada policial.

O serviço é distribuído de forma que, no período de serviço, o policial executa a sua tarefa a pé dentro dos setores e durante o patrulhamento visa contactar os moradores e comerciantes a fim de se inteirar dos problemas, observar as residências, explicando a melhor maneira de se obter uma segurança adequada, orientando todos os integrantes do setor, e, identificando os locais onde ocorrem os problemas criminais ou de preservação da ordem.

Já está reconhecido que este projeto alcançou perspectivas satisfatórias a ponto de serem estendidos para outros setores.

Após a implantação do Policiamento Comunitário, foram feitas várias pesquisas para se ter uma informação a respeito da aceitabilidade do projeto e outras coisas mais. A pesquisa demonstrou um índice superior à média, ou seja, a maioria tem conhecimento do projeto, e procuraram os Postos Comunitários para a solução dos problemas; suas reivindicações foram atendidas, o índice de criminalidade reduziu, assim como a segurança aumentou. A integração entre Polícia Militar e Comunidade também alcanceou uma média satisfatória, e outros objetivos mais que também tiveram índices bem superiores às expectativas.

Com isto se concluiu que a projeto atende bem a demanda da comunidade, e é extremamente viável a sua expansão, uma vez que a experiência demonstrou a eficiência e agilidade em todos os setores aos quais ele foi direcionado.

4.4 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

"A Brigada Gaúcha procurou adaptar o conceito operacional da Grande Porto Alegre às condições fisiográficas da cidade, visando a aproximação de seus brigadianos com a sociedade". (5)

Distribuiu-se o policiamento em turnos fixos, procurando escalar sempre a mesma equipe de trabalho para que assim antes se familiarizassem com os problemas e fossem conhecidos pelos membros da comunidade como os responsáveis pela segurança.

Em cada um dos 18 (dezoito) bairros, o Prefeito construiu uma moradia para abrigar dois Policiais Militares e suas famílias, e com isto, torna-se mais difícil as ações criminosas, pelo fato de policiais estarem residindo em cada bairro.

Foi também criado, em convênio com a Secretaria da Educação, um policiamento escolar, que visa a proteção das escolas.

4.5 - ESTADO DO PARANÁ

Em 1980, a Polícia Militar do Paraná implantou o sistema modular de Policiamento Urbano, que teve aprovação total da comunidade e outros setores mais. Este era o centro da coordenação e controle do espaço físico sob a responsabilidade do grupo.

No entanto, por falta de recursos humanos e materiais, este sistema foi aos poucos perdendo sua eficiência, e já nem mais se faz referências a ele.

Atualmente considera-se o policiamento ostensivo como uma malha distendida por toda a região.

(5) Hercílio Alves Dias e outros. Polícia Militar: maior eficácia e eficiência da ação policial em benefício da comunidade. 1992. p.40.

Cada área foi dividida em três subáreas. Estas foram divididas em Postos de Policiamento. Cada companhia da PM tem sede na respectiva subárea, sendo assim, descentralizada. Já foram instalados 65 postos de policiamento ostensivo, acionados em dupla função social, ou seja, uma com a finalidade de reunir anseios e necessidades de atendimento Policial Militar, e outra com a finalidade de providenciar o atendimento das necessidades de policiamento da comunidade.

As necessidades imediatas são resolvidas através do ramal 190, e as necessidades mediatas através de relatórios específicos ao Comando da Companhia, para análise e providências.

4.6 - DISTRITO FEDERAL

A vida em sociedade pressupõe organização. Isto implica na existência do direito. A sociedade gera o direito, no propósito de formular as bases da justiça e da segurança. O direito deve ser a expressão da vontade social e as leis devem conter os valores positivos que a sociedade estima e deseja.

O Policiamento Comunitário visa satisfazer às necessidades de defesa pública, procurando trazer à comunidade o sentimento de segurança, paz e tranquilidade.

"A Polícia Militar, através da polícia ostensiva, com seus princípios, características e variáveis, é um dos mais importantes instrumentos de prevenção de atos anti-sociais". (6)

(6) Hercílio Alves Dias e outros. Polícia Militar: maior eficácia e eficiência da ação policial em benefício da comunidade, 1992. p. 2.

Seria uma hipótese viável, a adoção do Policiamento Comunitário no Distrito Federal, desde que, a comunidade tenha interesse em ter nos bairros, um policiamento voltado para suas necessidades imediatas, e uma redução no nível de insegurança da população.

Foi feita, através de um trabalho minucioso, uma proposta de implantação do projeto de Policiamento Comunitário no Distrito Federal, a fim de que fosse aumentada a eficiência e a eficácia de combate à criminalidade e redução dos anseios e tensões da população.

Foram distribuídas tarefas aos membros dos grupos de trabalho, cumprindo os aspectos metodológicos científicos, e utilizando-se de uma pesquisa de campo, através de formulários, aos Presidentes de Associações Comunitárias.

Os dados coletados foram importantes para a formulação de sugestões e propostas ao escalão superior da PM do Distrito Federal.

A implantação de Polícia Comunitária no mundo já existe em vários países, e através de um estudo minucioso foram feitas várias propostas em alguns Estados brasileiros e em outros, experiências com resultados positivos, como já foi abordado nos itens anteriores.

De acordo com o TC PMGO Hercílio, em monografia apresentada à Polícia Militar do Distrito Federal, temos a seguinte explicação:

"O Governador do Distrito Federal em um plano de metas, es

tabeleceu a expansão do Sistema ROCAN (Rondas Ostensivas Candangos), bem como determinou a preparação de pessoal qualificado para emprego no Policiamento Comunitário.

A partir daí, já implementado o Plano de Comando da Polícia Militar do Distrito Federal, instituindo uma nova responsabilidade para a corporação, que seria a sua implementação e reorganização com suas bases voltadas para a interação comunitária". (7)

Deve-se levar em conta a opinião pública a respeito do papel do policial na comunidade. Por ser esta muito inconstante, o relacionamento do PM durante o serviço deve ser intensificado para que não haja, no decorrer do tempo, pontos que venham desfavorecer a sua imagem perante o cidadão.

Elaborado o formulário para a pesquisa, a fim de definir os objetivos e outros dados mais, foram ouvidos diversos líderes e presidentes de Associações de Bairros, e tiveram uma percentagem grandemente satisfatória.

Desta forma, conclui-se que mais da metade julgam de extrema importância a participação da comunidade no planejamento das operações de policiamento; um índice de 41,52% em testar como experiência, o policiamento exercido sempre pelos mesmos militares, apontando também (31,69%) que os militares conhecidos resolvem melhor os problemas da comunidade. Em se tratando de saber se o policial residente em sua comunidade possa melhor resolver os problemas locais, a resposta foi positiva, o que vem esclarecer que a comunidade pode ser melhor policiada nos casos em que o executante faz parte integrante da mesma.

(7) Hercílio Alves Dias e outros. Polícia Militar: maior eficácia e eficiência da ação policial em benefício da comunidade, 1992. p. 53.

Ficou também definido a colaboração dos Presidentes de Associações no sentido de opinar, planejar e colaborar com os esforços da Polícia Militar.

Outros dados mais confirmaram a grande necessidade de uma implantação do Policiamento Comunitário, aumentando sua eficiência no combate a criminalidade, e permitindo a todos uma situação de maior tranquilidade e segurança. Não pode mais ser considerado uma técnica eficiente, aquela maneira ultrapassada de uma polícia estritamente presa a burocracias.

4.7 - ESTADO DE GOIÁS

O passar do tempo ensina que toda a sociedade brasileira está tentando melhorar. A violência, como nos anos 60 e 70, já não é mais um recurso de política.

Todavia, uma nova violência assalta o país. E é para esta que procuramos uma solução, e temos feito de tudo que nos é proposto, na esperança de encontrarmos um caminho definido.

Desta forma, entendeu-se que algumas medidas deveriam ser adotadas, visando despertar as comunidades para o fato de que, sendo a segurança nosso maior objetivo, a melhor maneira talvez de se conseguir, seria uma soma de esforços entre a Polícia Militar e a Comunidade.

A Polícia Militar, como todos os outros setores da sociedade, passam por crises que dificultam todo um trabalho qualificado e elevado, como deveria ser no nosso entender. A falta de recursos humanos, recursos materiais, o crescimento cada vez mais acelerado dos grandes centros urbanos, tudo isto dificulta

sobremaneira a missão da Polícia Militar que é a segurança pública e a preservação da ordem.

Os índices de violência são alarmantes, são reflexos de uma sociedade em crise. Sabe-se que existe uma ligação entre os processos de industrialização e urbanismo e o crescimento nas taxas de criminalidade e violência. No entanto, devemos tentar uma melhor interação na sociedade a fim de que possamos, ao menos, diminuir esta ansiedade, este temor que nos assalta.

A Polícia Militar é parte integrante da nossa sociedade. A ela cabe certas obrigações tais como: justiça, que é o respeito à pessoa humana e a seus direitos; e coragem (que é uma virtude antes de ser obrigação) para expor sua própria vida em defesa de um bem maior.

Toda a população depende da organização da Polícia Militar. Esta não trabalha só, é indispensável uma parceria com a comunidade na resolução de seus problemas.

É esta parceria que tem sido analisada no presente trabalho, com o fim de mostrar a importância da Polícia Comunitária.

No Estado de Goiás, a implantação vem sendo introduzida de uma maneira mais cautelosa. O PPM é mais eficiente nos moldes apregoados pelo Policiamento Comunitário. O sistema atual é muito deficitário. A finalidade é a reabertura dos Postos Policiais Militares (PPM) na cidade de Goiânia e nas regiões metropolitanas. Isto porque, de um certo tempo, as solicitações advindas dos Presidentes de Associações de Bairros e a própria comunidade tem sido elevadas.

No início do ano de 1992, o Comando de Policiamento Me
tropolitano, elaborou dois planos, distribuindo PPM em sua área
de responsabilidade territorial, limitando suas áreas, de manei
ra que facilitasse o policiamento, proporcionando maior seguranç
a a toda a comunidade.

A implantação tem sido dificultada pela falta de recurs
os tanto humanos como materiais. Aumentando estes recursos, com
certeza aumenta-se também a distribuição nas áreas mais necessii
tadas, obtendo-se uma segurança mais adequada.

Goiânia possui quatro unidades operacionais, sendo elas o
1º BPM, 7º BPM, 8º BPM e RPMON, que trabalham em perfeita sintou
nia com o Comando do Policiamento Metropolitano, que incessantem
ente visam a busca da ordem e defesa social.

De acordo com o Anexo 01, temos a relação dos PPM da capi
tal e região metropolitana e suas áreas de abrangência.

Existem Postos Policiais que dispõem de uma área relativ
amente grande para ser patrulhada, o que ocasiona determinadas
dificuldades para atender com certa urgência algumas ocorrên
cias, e essas deficiências ocorrem muitas vezes, por fatores ext
ernos que interferem na perfeita execução do policiamento. Cont
tudo, diante dos problemas que dificultam o bom andamento das
atividades Policiais Militares, a Corporação deve ter como prior
idade, o policiamento preventivo, através da ação presença, vis
sando impedir que os delitos sejam cometidos, o que é uma obrig
ação fundamental da instituição que deverá preservar a paz e a
tranquilidade social.

Com a implantação da Polícia Comunitária em Goiás, buss

ca-se uma solução mais racional e eficaz. Para isto é necessário, como já foi dito nas propostas anteriores, promover uma maior integração entre ambos, e despertar na comunidade a necessidade deste Posto Comunitário, visando o encaminhamento e soluções mais rápidas para as questões que afetam a sociedade em si. Não resta dúvida de que os Postos serão um grande privilégio, principalmente nas áreas da periferia, onde a violência atinge um ponto mais alto.

Apesar dos esforços no sentido de diminuir a violência, talvez o Posto Comunitário tenha mais condições de atingir seus alvos, levando em consideração, a distância, quase inexistente, e a presença da PM, que por si só já se torna um fato inibidor ao delito ou a ameaça a ser praticada.

O Policial Militar está diretamente ligado com os resultados de seu trabalho. Ele deve agir com presteza e consciência, porque dele depende os números positivos ou negativos da segurança. Goiás tem se esforçado para garantir uma boa execução.

Analisando a real situação quanto a situação dos PPM em Goiânia, pode-se constatar que muitos são assentados em bairros cuja população tem baixo nível de renda. Com raríssimas exceções, alguns PPM são localizados no que podemos chamar de bairros nobres, e, mesmo assim, nos piores locais destes bairros.

A localização nos bairros realmente não influi tanto na problemática existente, porém, é notório que as infrações de grandes vultos ocorrem nas áreas centrais, mas o que tem que se observar é que a grande maioria dos infratores residem nos bairros mais afastados do centro.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

V - VANTAGENS E DESVANTAGENS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

5.1 - VANTAGENS

Com o aumento populacional e uma distribuição demográfica feita anteriormente incorreta, facilitou a prática da criminalidade em todas as regiões brasileiras, quer em números elevados em grandes centros urbanos, quer em números reduzidos nas zonas rurais, mas de qualquer forma, fugindo ao controle dos responsáveis pela ordem e segurança.

U São consideradas vantagens:

a) Melhoria na eficácia de prestação de serviço pela fixação da PM em determinado local, fazendo do mesmo um conhecedor dos problemas atinentes àquela localidade;

b) Redução às ameaças à vida comunitária, pela agilidade e presteza do PM, instalado definitivamente com a família, na comunidade a ser segurada;

c) Distância reduzida e maior rapidez no atendimento às solicitações;

d) Maior segurança e menos violência, devido a melhor qualidade de atendimento, por se tratar de uma área menor a ser

segurada;

e) Maior integração entre a Polícia Militar e a Comunidade, que juntas estarão desenvolvendo um trabalho de combate à criminalidade.

Além destas, uma outra infinidade de vantagens que só poderão ser percebidas com a real implantação do projeto, como foi feito em alguns Estados.

5.2 - DESVANTAGENS

De acordo com a proposta feita pelo Estado de São Paulo, que hoje encontra-se em pleno funcionamento na cidade de Ribeirão Preto, a única desvantagem apontada é de que a instrução deixa de atingir a todos de uma forma uniforme.

Após realizado este estudo, pode-se averiguar que a desvantagem apontada deixa de ser assim considerada, se as metas e objetivos a serem implantados forem feitos de comum acordo com todos os demais postos, através de apostilas, que bem completem a total instrução, e utilizando outros sistemas inovadores para suprir qualquer falha que venha acontecer. *N*

VI - ASPECTOS GERAIS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

6.1 - SOCIAL

O principal fator para o homem passar a gostar de seu trabalho é certificar-se de que ele é útil à comunidade, que ele é necessário e, por conseguinte, o próprio homem passa a dar sentido à sua vida profissional, e isto é fator de equilíbrio mental. Sentir-se útil é uma das principais necessidades do homem.

A sua integração numa sociedade, só é possível na medida em que ele consegue se relacionar com os outros, sem buscar confrontações ou rivalidades. As pessoas integrantes do grupo devem estar convictas das principais dificuldades sociais que podem surgir durante o trabalho, e principalmente, superar as frustrações provenientes de atrito das tendências ou instintos dos componentes dos grupos.

O conhecimento dos parceiros de trabalho permite que possam criar um ambiente de fraternidade, e sabendo da capacidade de cada um, na execução de suas tarefas, poder ampará-lo nas horas difíceis ou mesmo, no relacionamento, reconhecer os valores de seus companheiros para que possa existir uma convivência social proveitosa e seu sentimento de oposição.

6.2 - PSICOLÓGICO

É importante o indivíduo conhecer a si mesmo, pois é sabido que cada um possui interesses diferentes e a falta deste leva a uma insatisfação profissional e um mal rendimento do trabalho. A razão que nos leva a conhecer a nós mesmos tem grande influência nas nossas relações externas.

A sinceridade com nossos companheiros garante uma confiança recíproca, e é esta confiança que tem que estar acima de todos os sentimentos para que possamos estabelecer uma relação de cooperação, amizade e honestidade.

Deste modo, o policial deve cultivar sempre as suas qualidades, as suas virtudes, pois é delas que nasce a confiança da sociedade em relação ao policial. Conhecer os defeitos dos companheiros faz parte do nosso dia-a-dia, mas o importante é saber conviver com estes defeitos, sem julgar ou desprezar, pois a relação passiva só é possível com a total aceitação de todos.

6.3 - ECONÔMICO

Neste item, devemos abordar um outro aspecto totalmente oposto aos demais citados. O que ocorre normalmente na Polícia Militar, é que, toda vez que esta é acionada, há um deslocamento de viaturas. Além desses deslocamentos, existe também aquele itinerário a ser percorrido constantemente, como determinação da Central de Operações, que deve ser feito, a fim de evitar ou prevenir qualquer delito.

Analisando pelo lado da existência do Policiamento Comunitário, tais atitudes seriam quase que inexistentes, isto porque, a distância entre o Posto e o local são mínimas, posto que,

a área de segurança jamais ultrapassa uma grande distância. Não existe gasto de combustível, a não ser quando feito a detenção de qualquer suspeito, este tem que ser conduzido até a delegacia mais próxima. As fiscalizações são feitas praticamente à pé, não necessitando percorrer longas distâncias.

O Policial Militar, por sua vez, tem sua moradia fixada no bairro, e por isto, não há necessidade de se deslocar todos os dias para voltar para casa, caso habitasse noutro Setor.

As vantagens quanto ao aspecto econômico ultrapassam todas as outras, pois além de tudo, existe também uma economia de tempo. A rapidez da resposta ao solicitado é muito maior, visto que, o Posto Comunitário se encontra no próprio bairro. Desta forma, a experiência tem demonstrado eficiência, qualidade e objetivos bem definidos que satisfazem inteiramente os anseios da comunidade.

VII - METODOLOGIA

7.1 - APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar dentro dos parâmetros viáveis, o trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás e seu interligamento com a comunidade, assim como a sua participação em comum acordo com esta, no constante esforço de resolver situações concretas no combate à criminalidade e a diminuição da profunda violência que atinge nossa população, unindo esforços e contribuições para chegarmos a um único objetivo, qual seja, uma sensação de paz e tranquilidade, direito de todo cidadão.

7.2 - FONTES

Para a realização deste, foram utilizados como instrumentos de pesquisa, métodos já aplicados nos diversos Estados brasileiros, e uma documentação que inclui formulários, questionários e entrevistas. Desta forma foi possível abranger quase todos os aspectos inerentes ao assunto, para que se pudesse melhor fundamentar o presente trabalho e satisfazer de maneira global todo o conteúdo a ser explanado.

7.3 - INSTRUMENTOS E DOCUMENTAÇÃO

A pesquisa inclui entre todos, 310 formulários para os Policiais que trabalham nos PPM e 60 formulários para os Presi dentes de Associação de Bairros.

Além desses, 05 entrevistas foram feitas aos Srs.: Cel PM Paulo Alves Vieira (Chefe do Comando de Policiamento Metropo litano), Ten Cel PM Joaquim Antônio Sobrinho (Cmt do 1º BPM), Ten Cel PM Florisvaldo Barbosa de Araújo (Cmt do 7º BPM), Ten Cel PM João Rodrigues da Silva Junior (Cmt do 8º BPM) e Ten Cel PM Sebastião Gonçalves Rezende (Cmt do RPMon), a partir de questões elaboradas, tentando nestas, sintetizar o máximo do assunto, e ao mesmo tempo, de uma forma que, nas repostas, estas aborda sem praticamente todo o assunto do trabalho.

Para um melhor entendimento, nos formulários procurou-se elaborar questões dos mais diversos assuntos, ou seja:

- questões abordando a participação de Comunidade/Polí cia; e
- questões relativas a segurança da Comunidade com a pro ximidade dos PM.

7.4 - PERÍODO E LOCAIS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no mês de junho e 1ª quinzena de julho de 1993, sendo que para a realização desta utilizou-se os próprios policiais dos PPMs, bem como o chefe da 3ª sessão das unidades para que não houvesse qualquer fato que interferis se positiva ou negativamente nos dados coletados.

Da análise precedente aos percentuais obtidos pode-se con

firmar um resultado inteiramente satisfatório e consequentemente pode-se compreender a extensão da expressão da vontade de todo cidadão.

Os locais abrangidos foram diversos setores do Município de Goiânia, procurando tirar tanto da Comunidade, através dos Presidentes de Associações de Bairros, como dos Policiais Militares que trabalham com a Comunidade da Capital e regiões metropolitanas, o máximo de informações para melhor fundamentar o presente trabalho.

7.5 - APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a realização da pesquisa, utilizou-se o sistema de percentagem, e a partir de então, foram trabalhadas as tabelas, que posteriormente, interpretadas deram origem aos gráficos. Tanto as tabelas como os gráficos poderão ser vistos nas páginas seguintes deste trabalho.

TABELA 01 - Respostas oferecida pelos Policiais Militares que trabalham nos PPM, a respeito de sua satisfação com seu local de trabalho.

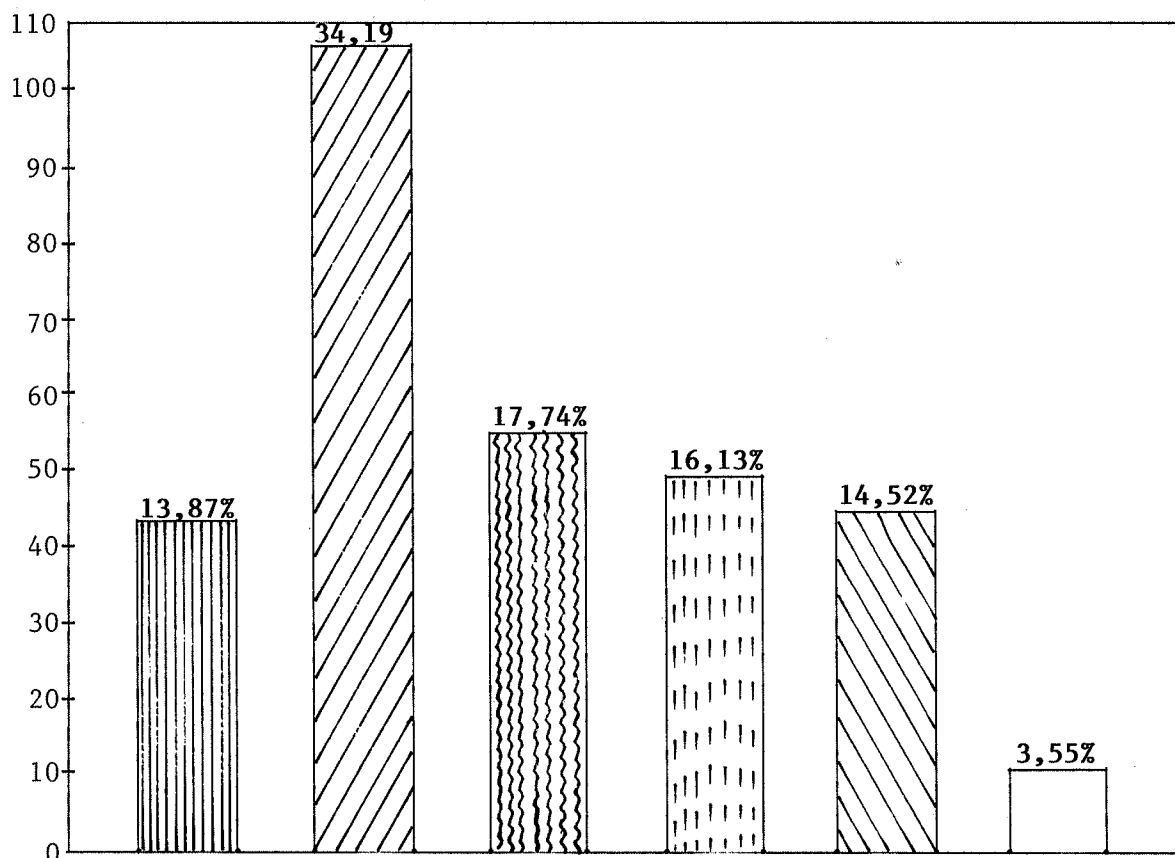
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Sim estou muito satisfeito	43	13,87
b. Sim estou satisfeito	106	34,19
c. Mais ou menos satisfeito	55	17,74
d. Não faz diferença	50	16,13
e. Não estou satisfeito	45	14,52
f. Deixaram de responder	11	3,55
T O T A L	310	100,00

Fonte: Própria

Dos Policiais Militares pesquisados 34,19% disseram que estão satisfeitos por trabalhar no PPM; afirmaram estar mais ou menos satisfeitos 17,74%; disseram que não faz diferença 16,13%; revelaram não estar satisfeitos 14,52%; afirmaram estar muito satisfeitos 13,87%. Deixaram de responder a pergunta 3,55% dos pesquisados.

GRÁFICO 01 (Tabela 01 - PM)

GOIÂNIA - Respostas dos Policiais Militares a respeito de sua satisfação com o local de trabalho - 1993.



Esc.: 1:10

LEGENDA:







-  - a. Sim estou muito satisfeito
-  - b. Sim estou satisfeito
-  - c. Mais ou menos satisfeito
-  - d. Não faz diferença
-  - e. Não estou satisfeito
-  - f. Deixaram de responderam à pergunta

TABELA 02 - Esta questão quiz saber dos Policiais Militares que trabalham nos PPM, como foi a aceitação dos serviços de Polícia Comunitária pela comunidade.

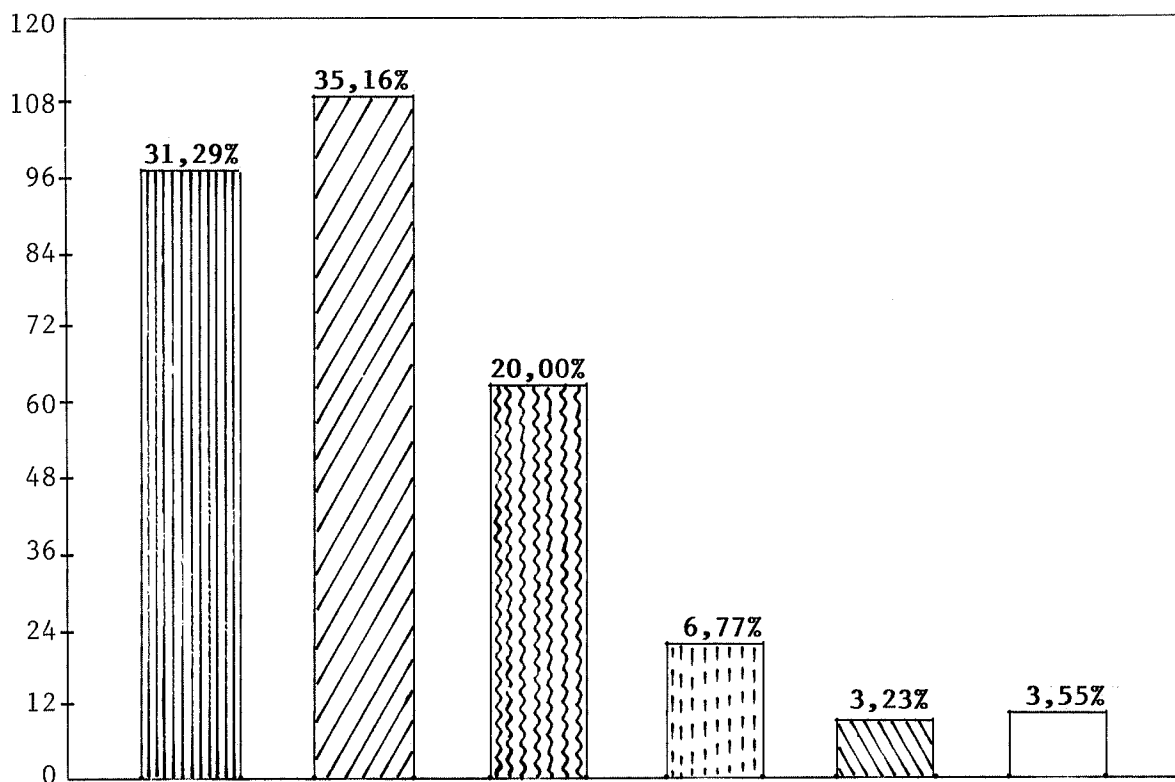
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Muito boa	97	31,29
b. Boa	109	35,16
c. Regular	62	20,00
d. Indiferente	21	6,77
e. Ruim	10	3,23
f. Não responderam	11	3,55
T O T A L	310	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados, 35,16% acharam que a aceitação foi boa; afirmaram ter uma aceitação muito boa 31,29%; revelaram ser regular os serviços da Polícia Comunitária 20,00%; revelaram que este serviço é indiferente 6,77%; somente 3,23% acharam ruim os serviços prestados pelos policiais dos PPM. Deixaram de responder as perguntas 3,55% dos pesquisados.

GRÁFICO 02 (Tabela 02 - PM)

GOIÂNIA - Aceitação dos serviços da Polícia Comunitária pela comunidade - 1993.



Esc.: 1:12

LEGENDA:







-  - a. Muito boa
-  - b. Boa
-  - c. Regular
-  - d. Indiferente
-  - e. Ruim
-  - f. Regular

TABELA 03 - Respostas dos Policiais Militares à respeito de ter residência próxima ao PPM.

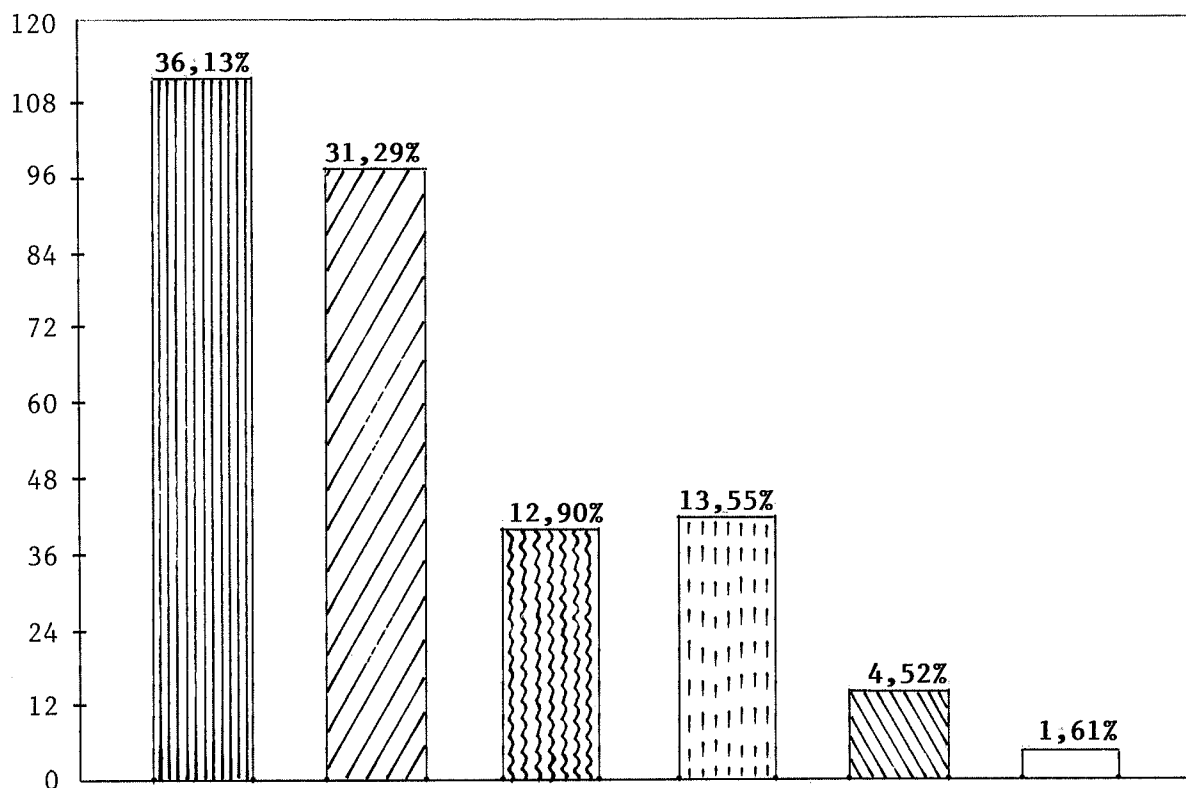
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Sim	112	36,13
b. Não	97	31,29
c. Seria bom para conhecer melhor os proble <u>mas</u> da comunidade	40	12,90
d. Não faz diferença	42	13,55
e. Não pensei a respeito	14	4,52
f. Deixaram de responder	05	1,61
T O T A L	310	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 36,13% afirmaram a necessidade de morar próximo ao PPM; revelaram que não devem morar próximo ao PPM 31,29%; acharam que não faz diferença 13,55%; acharam que seria bom para conhecer melhor os problemas da comunidade 12,90%; e ainda não haviam pensado à respeito 4,52%. Deixaram de responder 1,61% dos pesquisados.

GRÁFICO 03 (Tabela 03 - PM)

GOIÂNIA - Respostas dos Policiais Militares sobre se gostariam de residir próximo ao PPM - 1993.



Esc.: 1:12

LEGENDA:

▤ - a. Sim

▧ - b. Não

▨ - c. Seria bom para conhecer melhor os problemas da comunidade

▩ - d. Não faz diferença

▪ - e. Não pensei a respeito

□ - f. Deixaram de responder

TABELA 04 - Querendo saber à respeito das solicitações de serviços pela comunidade aos Policiais dos PPM.

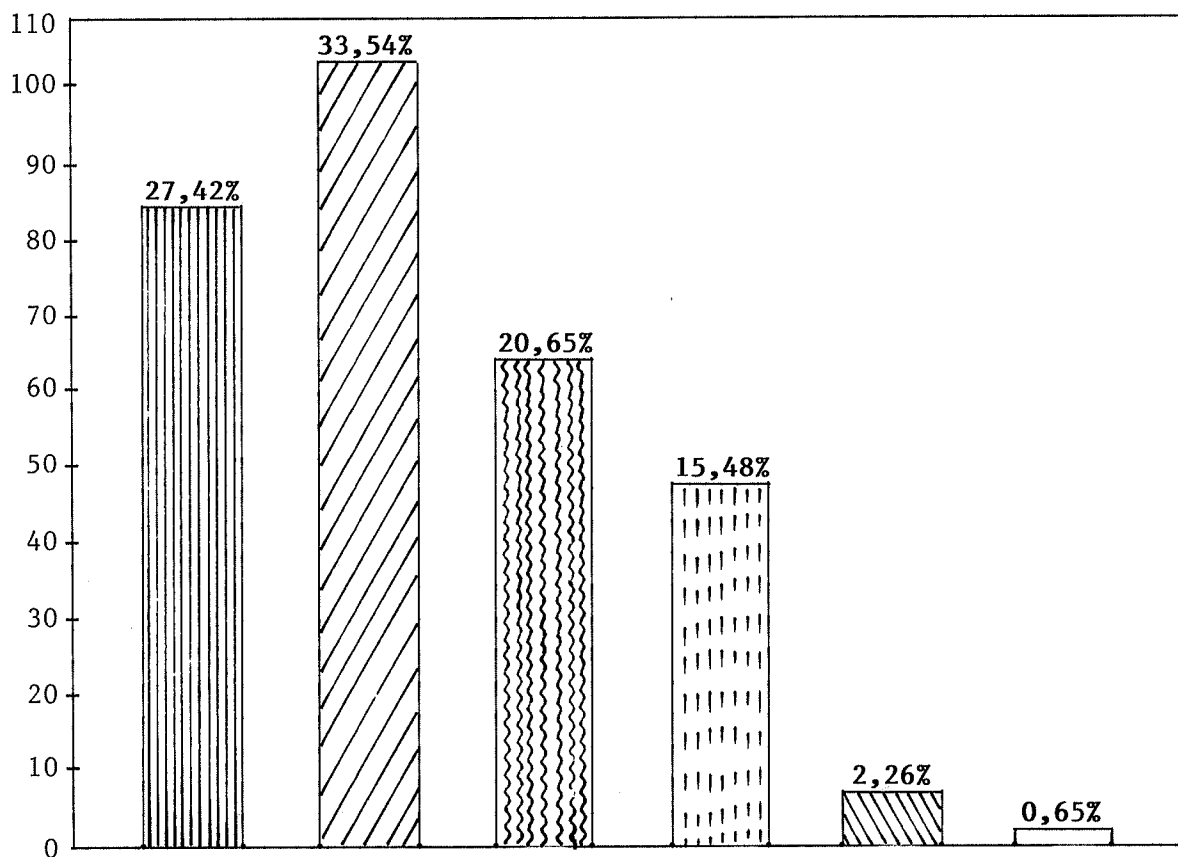
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Muito solicitado	85	27,42
b. Frequentemente solicitado	104	33,54
c. Às vezes solicitado	64	20,65
d. Pouco solicitado	48	15,48
e. Nunca solicitado	07	2,26
f. Deixaram de responder	02	0,65
T O T A L	310	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 33,54% responderam que seus serviços são frequentemente solicitados; afirmaram que são muito solicitados 27,42%; revelaram que são às vezes solicitados 20,65%; afirmaram ser pouco solicitado 15,48% e responderam que nunca foi solicitado apenas 2,26%. Deixaram de responder 0,65% dos pesquisados.

GRÁFICO 04 (Tabela 04 - PM)

GOIÂNIA - Respostas às solicitações de serviço pela comunidade aos Policiais Militares dos PPM - 1993.



Esc.: 1:10

LEGENDA:







-  - a. Muito solicitado
-  - b. Frequentemente solicitado
-  - c. Às vezes solicitado
-  - d. Pouco solicitado
-  - e. Nunca solicitado
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 05 - Perguntados se antes de começarem a trabalhar nos PPM eram solicitados em sua residência para prestar serviços à comunidade.

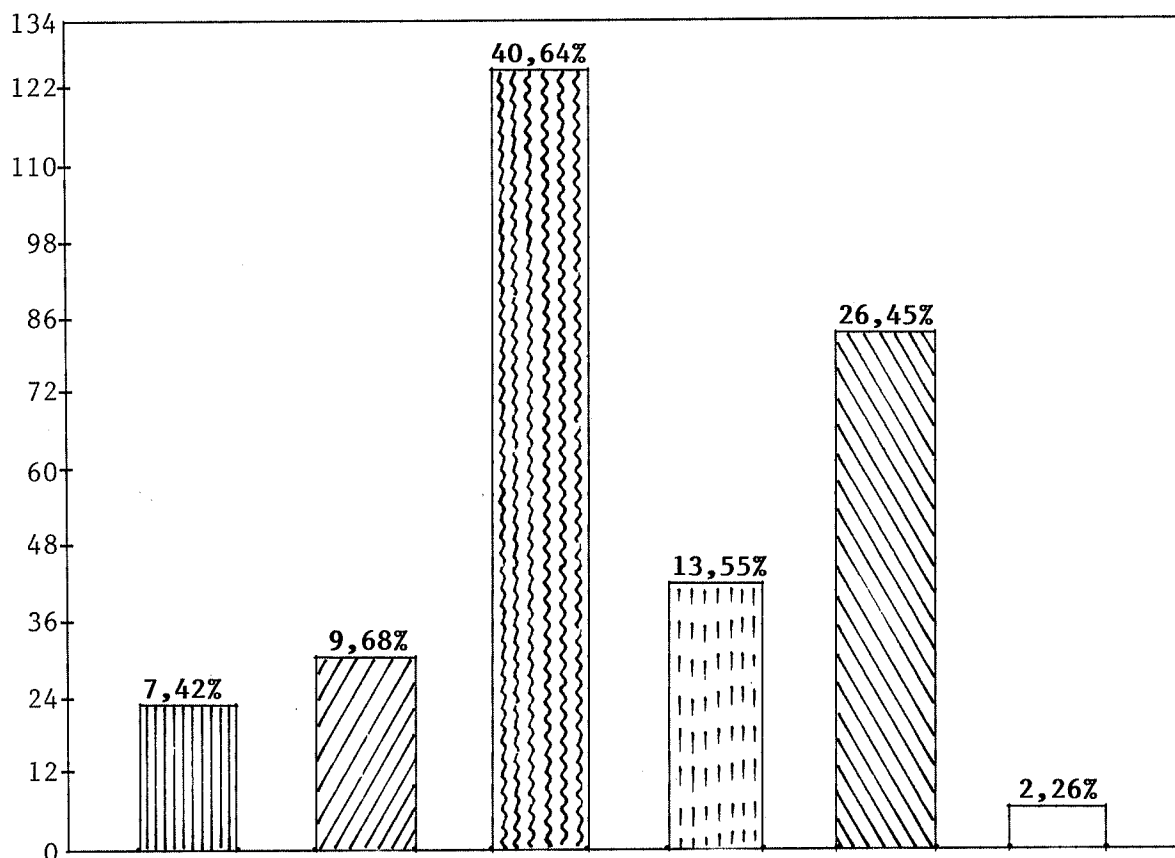
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Sim muitas vezes	23	7,42
b. Várias vezes	30	9,68
c. Algumas vezes	126	40,64
d. Não me lembro	42	13,55
e. Nunca fui solicitado	82	26,45
f. Deixaram de responder	07	2,26
T O T A L	310	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 40,64% responderam que algumas vezes já foram solicitados seus serviços pela comunidade em sua residência; 26,45% alegaram que nunca foram solicitados; afirmaram que não se lembram 13,55%; 9,68% afirmaram que várias vezes foram solicitados para prestar serviços; 7,42% também confirmaram essa solicitação de serem solicitados muitas vezes em sua residência; e deixaram de responder 2,26% dos pesquisados.

GRÁFICO 05 (Tabela 05 - PM)

GOIÂNIA - Respostas do Policiais Militares dos PPM, se antes de trabalharem nos Postos eram solicitados seus serviços em suas residências - 1993.



Esc.: 1:12

LEGENDA:







-  - a. Sim muitas vezes
-  - b. Várias vezes
-  - c. Algumas vezes
-  - d. Não me lembro
-  - e. Nunca fui solicitado
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 06 - Sugestões oferecidas pelos Policiais Militares para melhorar seu trabalho junto à comunidade em que prestam serviço.

A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Fornecer mais equipamentos	32	8,40
b. Aumentar o efetivo policial	21	5,51
c. Pagar melhores salários	51	13,39
d. Mais apoio do Comandante e da comunidade	67	17,59
e. Proporcionar mais reuniões e entrosamento com a comunidade	18	4,72
f. Adquirir mais viaturas	22	5,77
g. Oferecer melhor orientação e seleção	8	2,10
h. Estabelecer uma melhor escala (12 X 36)	75	19,69
i. Maior independência no PPM	27	7,09
j. Sejam pagas etapas	22	5,77
l. Ter residência próxima ao PPM	14	3,67
m. Outras	24	6,30
T O T A L	381	100,00

Fonte: Própria

TABELA 01 (PAB) - Perguntado aos Presidentes de Associação de Bairros, à respeito da participação de sua comunidade no planejamento das operações de policiamento no seu bairro.

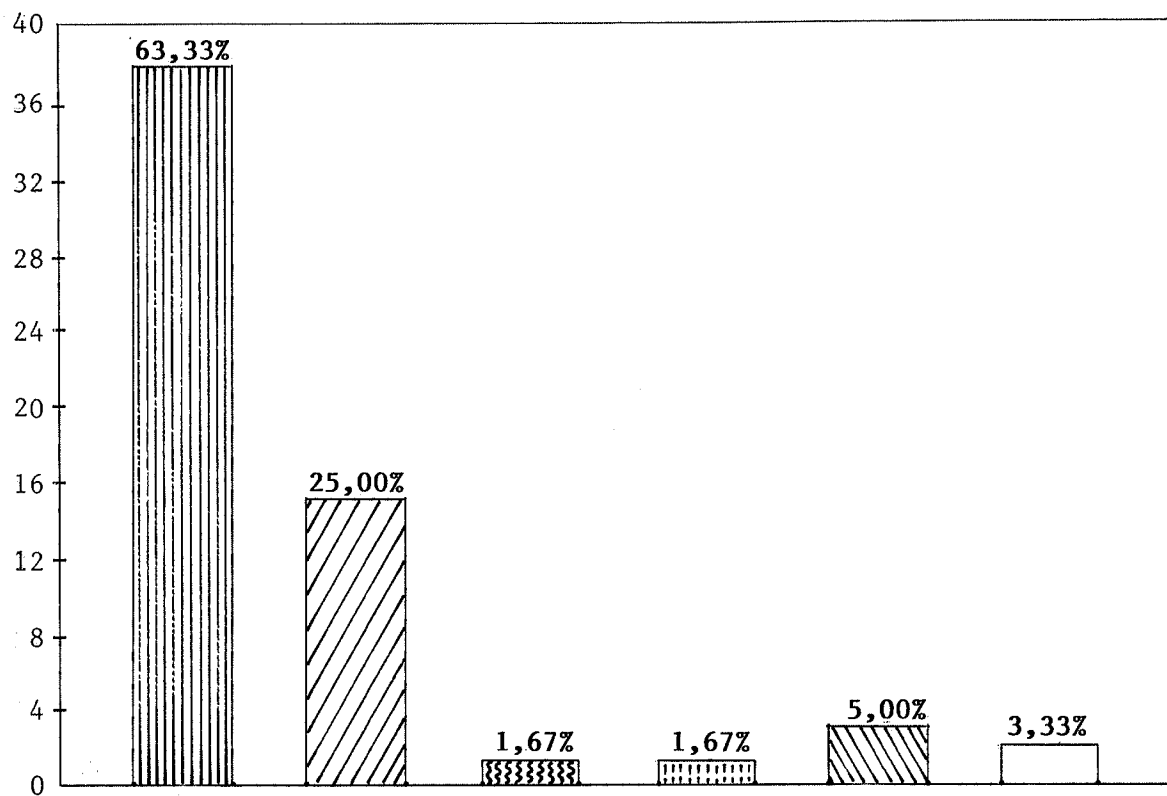
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. De extrema importância a participação da comunidade	38	63,33
b. De grande importância	15	25,00
c. Mais ou menos importante	01	1,67
d. De alguma importância	01	1,67
e. De nenhuma importância	03	5,00
f. Deixaram de responder	02	3,33
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 63,33% afirmaram ser de extrema importância a participação da sua comunidade no planejamento das operações de policiamento no seu bairro; responderam ser de grande importância 25,00%; acharam ser mais ou menos importante apenas 1,67%; acreditam ser de alguma importância somente 1,67%; e afirmaram ser de nenhuma importância 5,00%. Deixaram de responder 3,33% dos pesquisados.

GRÁFICO 01 (Tabela 01 - PAB)

GOIÂNIA - Participação da comunidade no planejamento das operações de policiamento em seu bairro - 1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. De extrema importância a participação da comunidade
-  - b. De grande importância
-  - c. Mais ou menos importante
-  - d. De alguma importância
-  - e. De nenhuma importância
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 02 (PAB) - Querendo saber dos Presidentes de Associação de Bairros se já foram convidados pela Polícia Militar para participar de reuniões para discutir assuntos sobre policiamento comunitário em seu bairro.

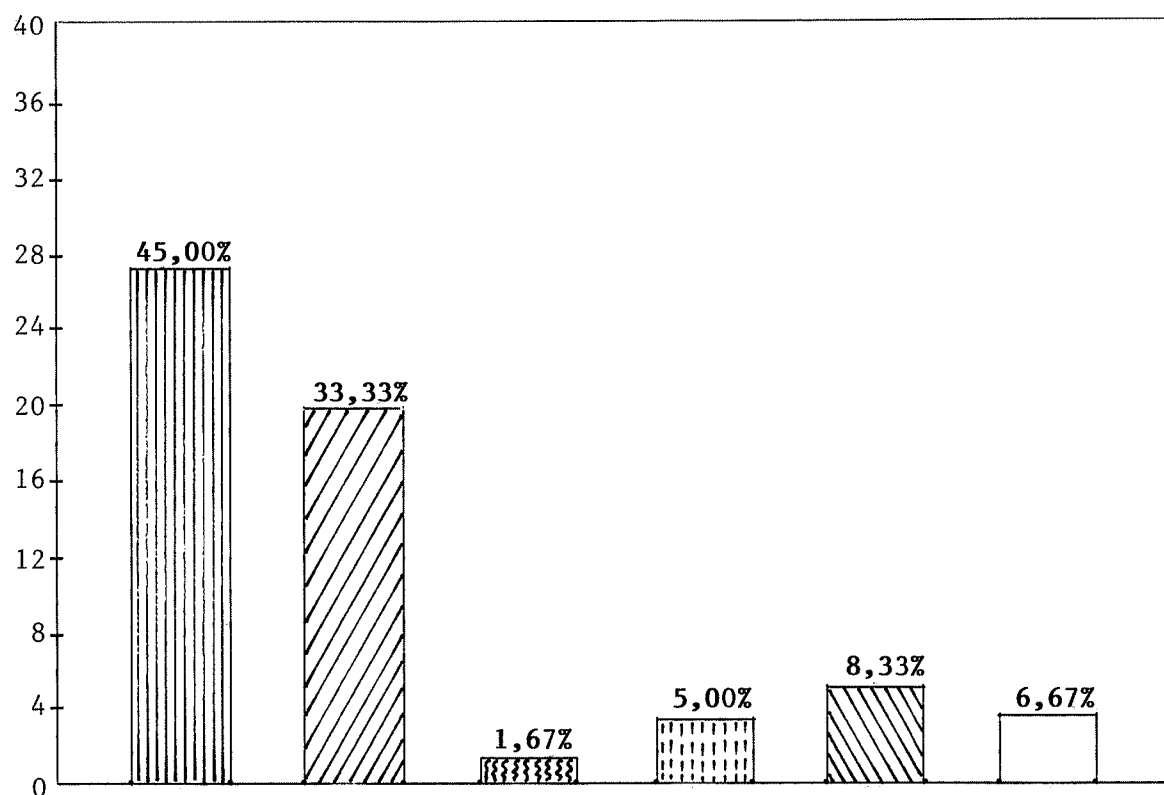
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Nunca foi convidado	27	45,00
b. Fui convidado algumas vezes	20	33,33
c. Quase sempre sou convidado	01	1,67
d. Fui convidado muitas vezes	03	5,00
e. Sempre sou convidado	05	8,33
f. Deixaram de responder	04	6,67
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 45,00% responderam que nunca foram convidados pela PM, para participar de reuniões para tratar de assuntos referentes a Policiamento Comunitário em seus bairros; afirmaram que já foram convidados algumas vezes 33,33%; disseram que quase sempre são convidados apenas 1,67%; dos pesquisados 5,00% disseram que foram convidados muitas vezes; e afirmaram que sempre são convidados 8,33%. Deixaram de responder 6,67% dos pesquisados.

GRÁFICO 02 (Tabela 02 - PAB)

GOIÂNIA - Se foram convidados pela PM para participar de reuniões para discutir assuntos sobre Policiamento Comunitário em seu bairro - 1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. Nunca fui convidado
-  - b. Fui convidado algumas vezes
-  - c. Quase sempre sou convidado
-  - d. Fui convidado muitas vezes
-  - e. Sempre sou convidado
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 03 (PAB) - Perguntado aos Presidentes de Associação de Bairros, se gostariam que o serviço de Policiamento Comunitário fosse realizado sempre pelos mesmos Policiais Militares.

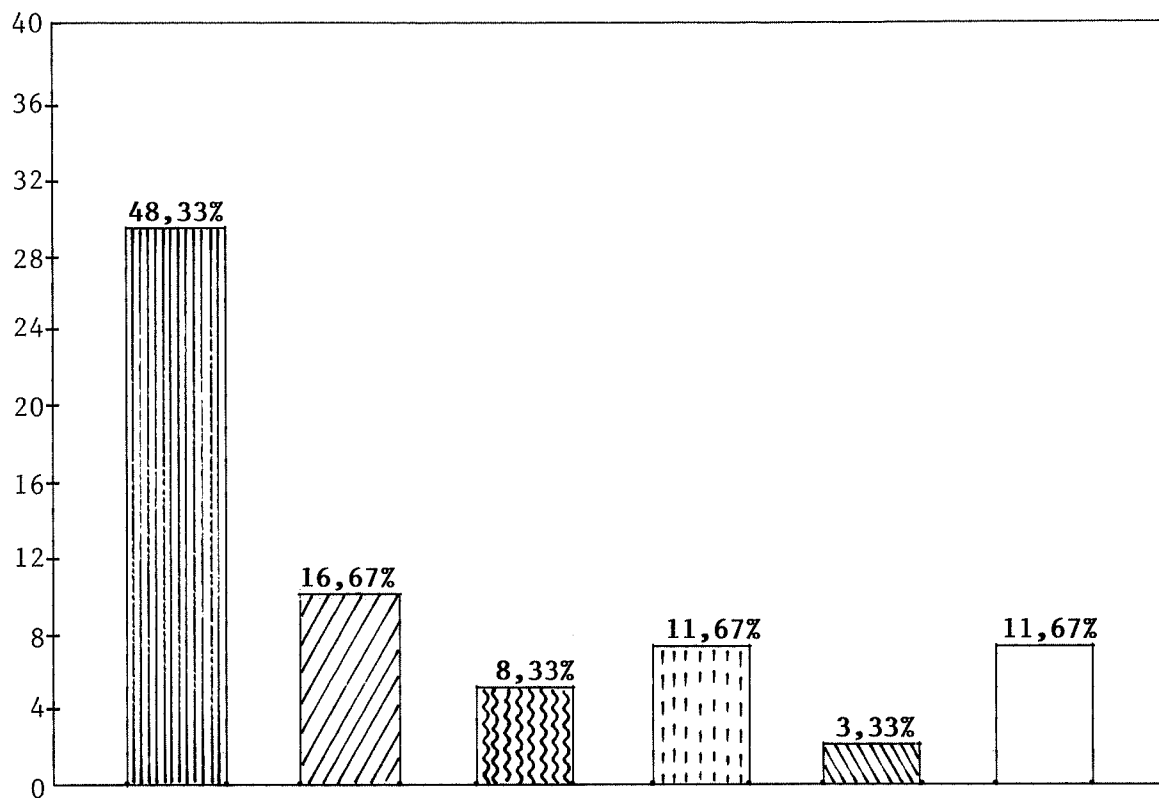
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Certamente os mais conhecidos resolveriam os problemas	29	48,33
b. Talvez seria melhor	10	16,67
c. Não faz diferença	05	8,33
d. Não pensamos a este respeito	07	11,67
e. Os conhecidos trazem mais problemas	02	3,33
f. Deixaram de responder	07	11,67
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 48,33% afirmaram que certamente os Policiais Militares mais conhecidos resolveriam os problemas; responderam que talvez seria melhor 16,67%; acreditam não fazer diferença 8,33%; ainda 11,67% disseram que não haviam pensado a este respeito; acharam que os PM conhecidos trazem mais problemas 3,33%. Deixaram de responder 11,67% dos pesquisados.

GRÁFICO 03 (Tabela 03 - PAB)

GOIÂNIA - Gostariam que o serviço de Policiamento Co
munitário fossem realizado sempre pelos mesmo PMS -
1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. Certamente os mais conhecidos resolveriam os problemas
-  - b. Talvez seria melhor
-  - c. Não faz diferença
-  - d. Não pensamos a este respeito
-  - e. Os conhecidos trazem mais problemas
-  - f. Deixaram de responder

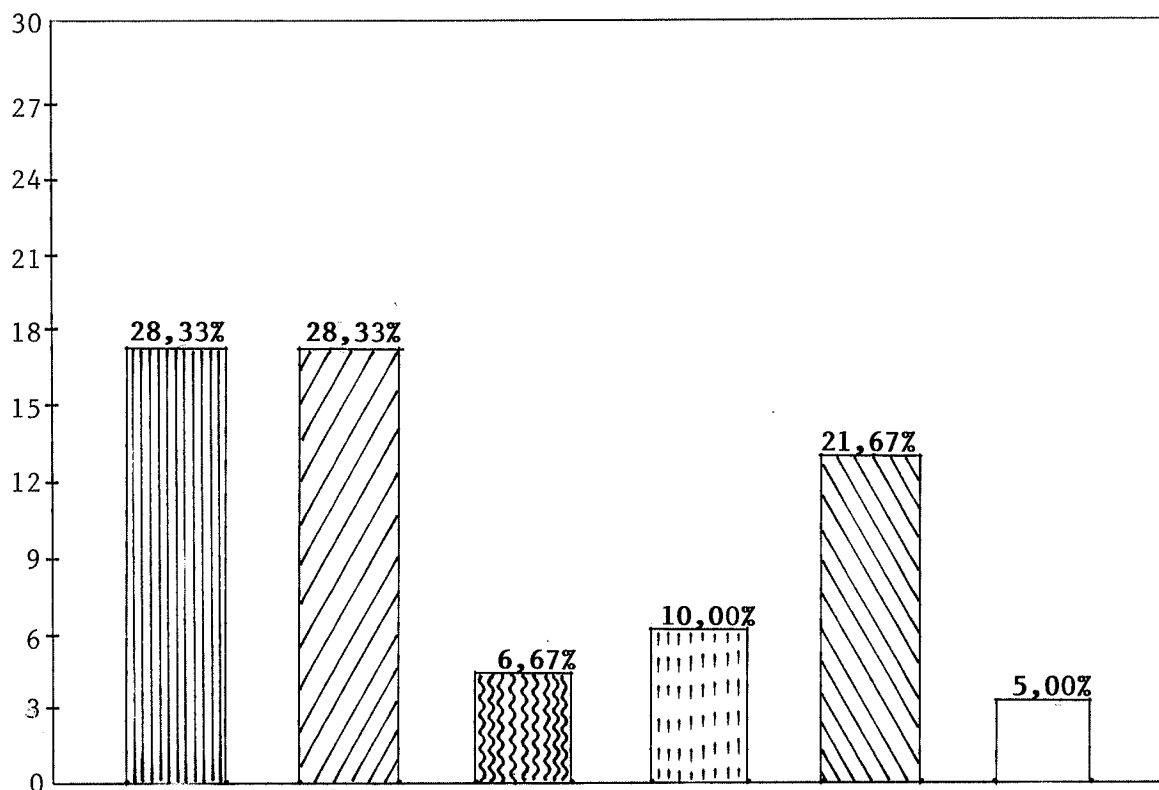
TABELA 04 (PAB) - Querendo saber a opinião dos Presidentes de Associação de Bairros à respeito do Policial Comunitário residir no mesmo setor que trabalha, se resolveria melhor os problemas.

A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Apenas em alguns casos	17	28,33
b. Sempre resolveria	17	28,33
c. Não sei	04	6,67
d. Às vezes resolveria	06	10,00
e. Não acredito nessa possibilidade	13	21,67
f. Deixaram de responder	03	5,00
T O T A L	60	100,00

Dos pesquisados 28,33% afirmaram que sempre resolveriam os problemas de segurança se os Policiais Militares Comunitários residissem no mesmo Setor que trabalham; acharam que apenas em alguns casos resolveriam os problemas 28,33%, responderam que não acreditam nessa possibilidade 21,67%; confirmaram que às vezes resolveriam 10,00%; e afirmaram não saber se resolveriam os problemas 6,67%. Deixaram de responder 5,00% dos pesquisados.

GRÁFICO 04 (Tabela 04 - PAB)

GOIÂNIA - Policial Comunitário residirem no mesmo Setor que trabalham, se resolveria melhor os problemas - 1993.



Esc.: 1:3

LEGENDA:







-  - a. Apenas em alguns casos
-  - b. Sempre resolveria
-  - c. Não sei
-  - d. Às vezes resolveria
-  - e. Não acredito nessa possibilidade
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 05 (PAB) - Perguntado aos Presidentes de Associação de Bairros, o que achavam da assistência Policial Militar à sua comunidade.

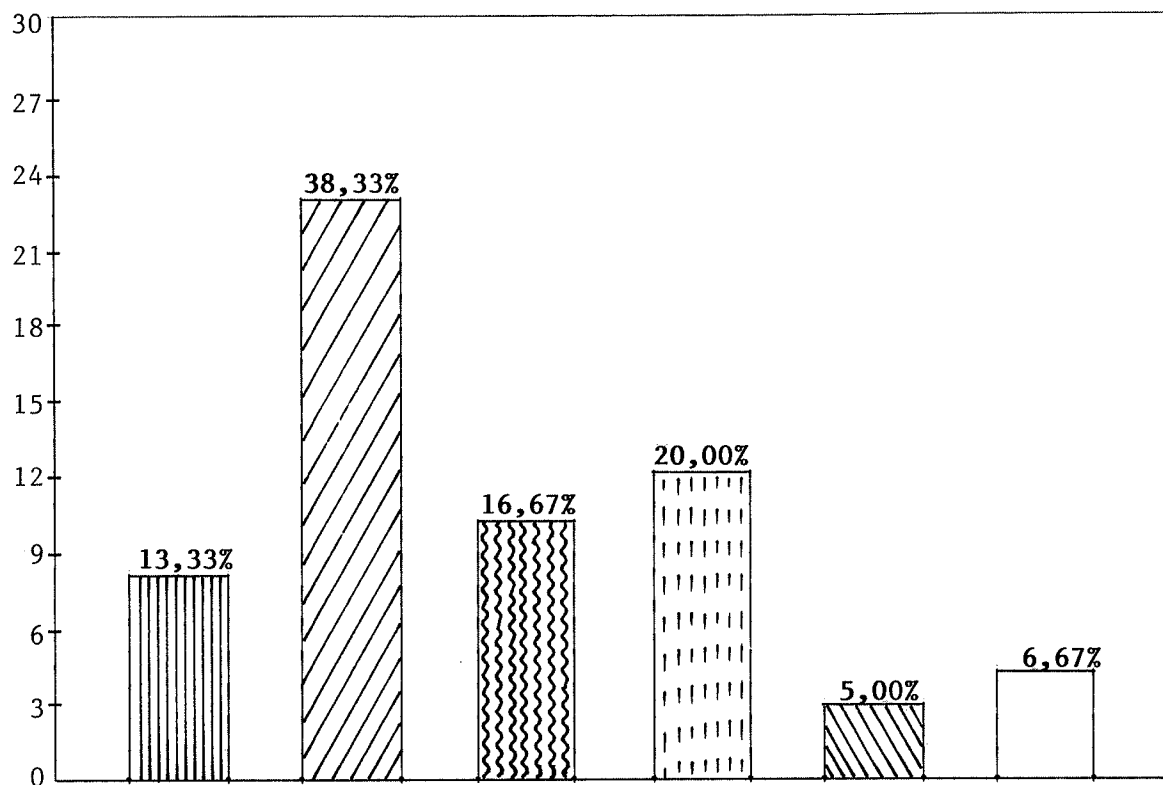
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Boa assistência	08	13,33
b. Regular assistência	23	38,33
c. A assistência é muito boa	10	16,67
d. A assistência é insuficiente	12	20,00
e. Não presta assistência nenhuma	03	5,00
f. Deixaram de responder	04	6,67
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 38,33% afirmaram que a assistência prestada à comunidade é regular; responderam que a assistência é insuficiente 20,00%; acharam que a assistência é muito boa 16,67%; afirmaram ser boa a assistência 13,33%; e responderam que não prestam nenhuma assistência 5,00%. Deixaram de responder 6,67% dos pesquisados.

GRÁFICO 05 (Tabela 05 - PAB)

GOIÂNIA - O que acham da assistência Policial Militar em sua comunidade antes do PPM - 1993.



Esc.: 1:3

LEGENDA:







-  - a. Boa assistência
-  - b. Regular assistência
-  - c. A assistência é muito boa
-  - d. A assistência é insuficiente
-  - e. Não presta assistência nenhuma
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 06 (PAB) – Perguntado aos Presidentes de Associação de Bairros o que achavam da assistência a sua comunidade, depois que os PPM foram instalados em seus setores.

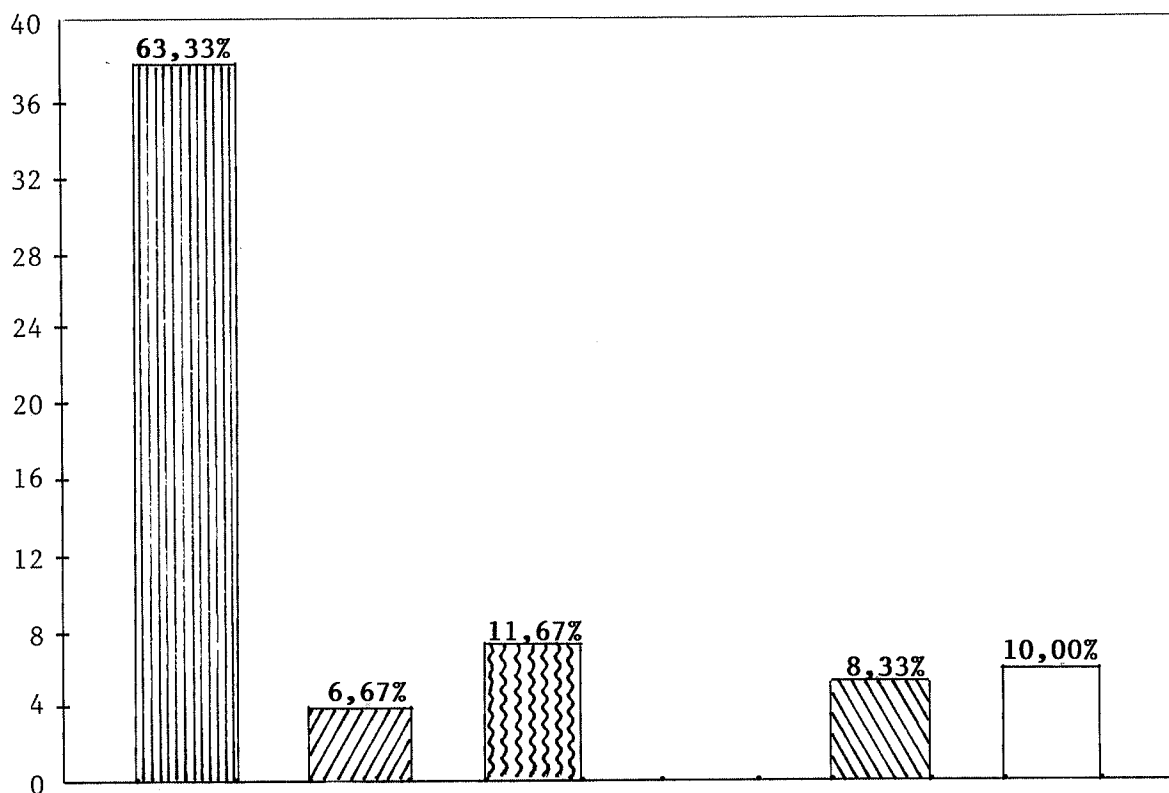
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. A assistência melhorou muito	38	63,33
b. A assistência não melhorou	04	6,67
c. Tem apenas projeto da PM	07	11,67
d. Ficou pior a assistência	—	—
e. Não presta assistência nenhuma	05	8,33
f. Deixaram de responder	06	10,00
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 63,33 afirmaram que a assistência à sua comunidade melhorou muito, depois da instalação do PPM; responderam ter apenas projeto do PPM 11,67%; achavam que depois de instalados os PPM 8,33% responderam que não prestam assistência nenhuma; disseram que a assistência não melhorou 6,67%; ninguém achou que ficou pior depois da instalação do PPM. Deixaram de responder 10,00% dos pesquisados.

GRÁFICO 06 (Tabela 06 - PAB)

GOIÂNIA - O que acham da assistência Policial à sua comunidade depois da reabertura dos PPM - 1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. A assistência melhorou muito
-  - b. A assistência não melhorou
-  - c. Tem apenas projeto do PM
-  - d. Ficou pior a assistência
-  - e. Não presta assistência nenhuma
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 07 (PAB) - Resposta dada pelos Presidentes de Associação de Bairros, de quando solicitaram à Polícia Militar a prestar-lhes segurança na sua comunidade.

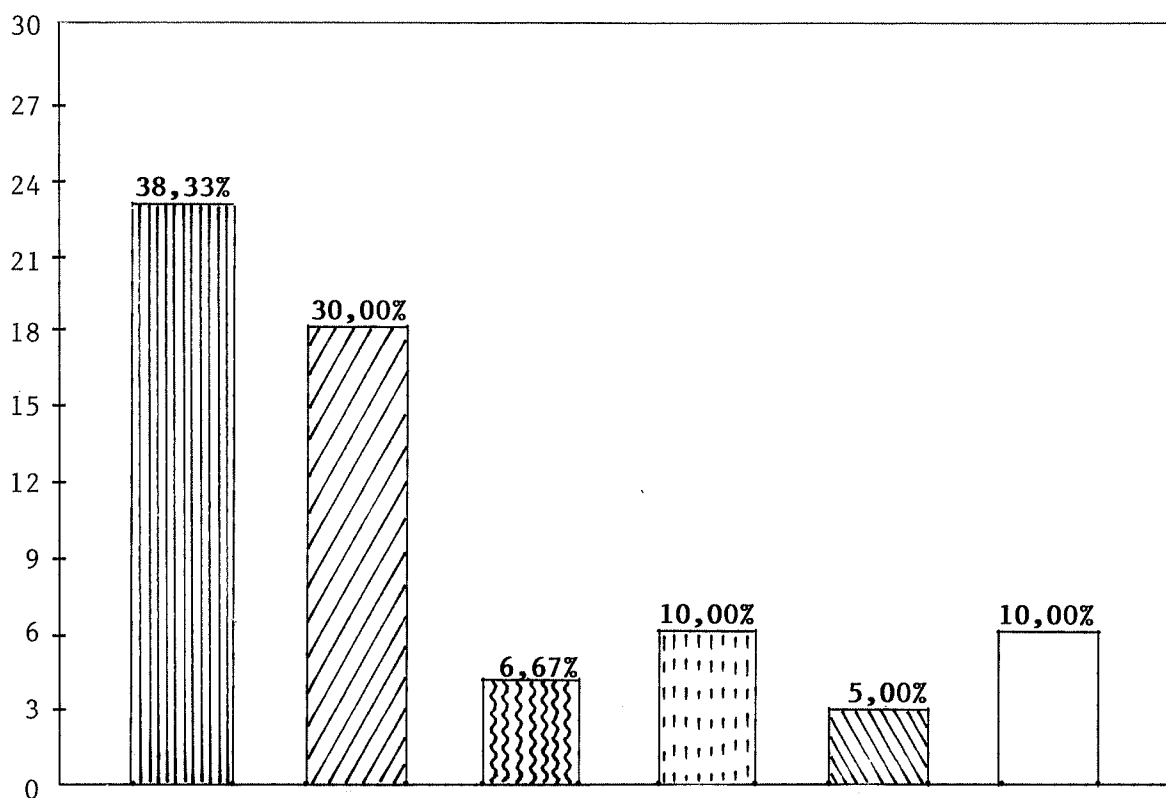
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Oferece uma boa resposta	23	38,33
b. Oferece uma resposta regular	18	30,00
c. A resposta é insuficiente	04	6,67
d. A resposta oferecida é muito boa	06	10,00
e. Não oferece resposta às solicitações	03	5,00
f. Deixaram de responder	06	10,00
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

38,33% dos pesquisados consideraram que a Polícia Militar oferece uma boa resposta; 30,00% responderam que oferece uma resposta regular; afirmaram que a resposta oferecida é muito boa 10,00%; deixaram de responder 10,00% dos pesquisados; 6,67% disseram que a resposta oferecida pela PM é insuficiente; e 5,00% consideraram que o PM não oferece respostas às solicitações.







GRÁFICO 07 (Tabela 07 - PAB)

GOIÂNIA - Resposta de quando solicitaram à PM a prestar-lhes segurança na sua comunidade - 1993.



Esc.: 1:3

LEGENDA:

-  - a. Oferece uma boa resposta
-  - b. Oferece uma resposta regular
-  - c. A resposta é insuficiente
-  - d. A resposta oferecida é muito boa
-  - e. Não oferece resposta às solicitações
-  - f. Deixaram de responder

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

TABELA 08 (PAB) - Resposta dos representantes de comunidades a respeito da existência do PPM no seu bairro.

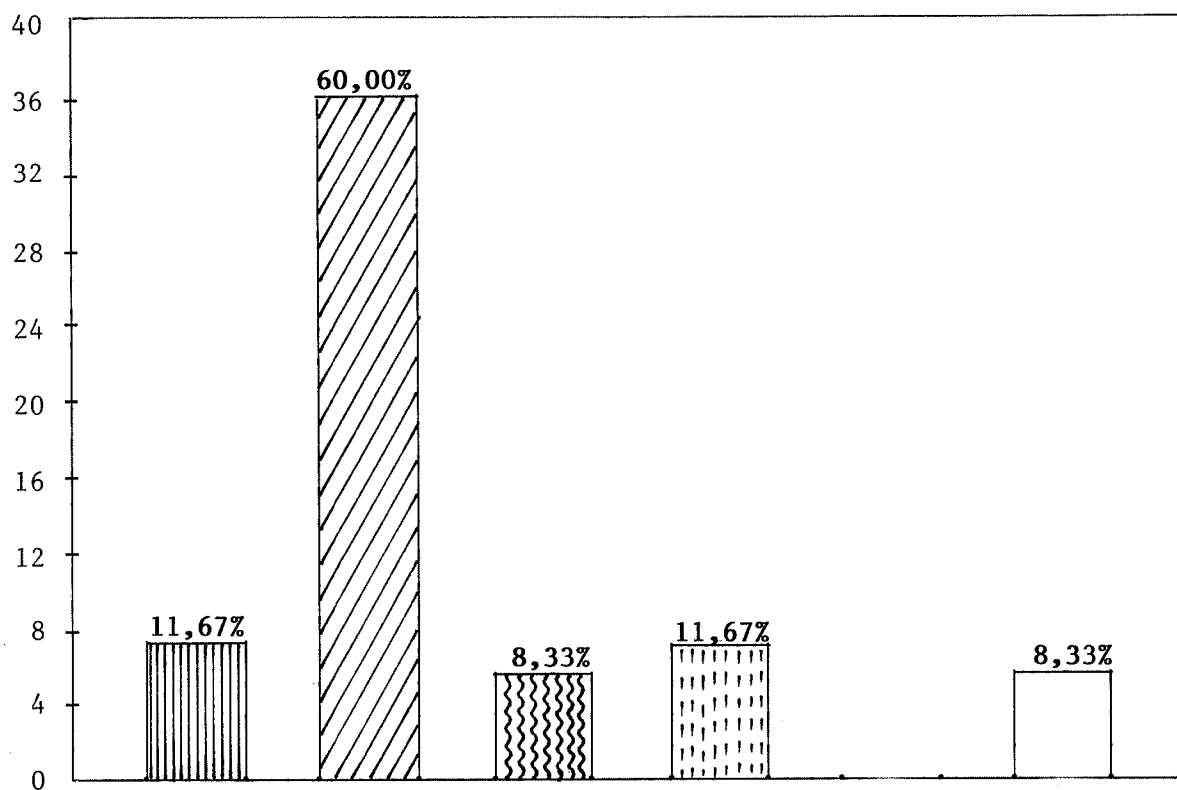
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Nunca existiu um PPM funcionando na nossa comunidade	07	11,67
b. O Posto existe e está funcionando bem	36	60,00
c. Existe o PPM, porém, não funciona	05	8,33
d. Existe interesse na instalação do PPM	07	11,67
e. Não existe interesse na instalação do PPM	—	—
f. Deixaram de responder	05	8,33
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

60,00% dos pesquisados responderam que o PPM existe e está funcionando bem; afirmaram existir interesse na instalação do PPM 11,67%; disseram que nunca existiu um PPM funcionando na sua comunidade 11,67%; afirmaram que o PPM existe, porém, não funciona 8,33%; deixaram de responder 8,33% dos pesquisados; e também foi perguntado nesta pesquisa se não existe interesse na instalação do PPM, mas nenhuma comunidade optou por este item.


GRÁFICO 08 (Tabela 08 - PAB)


GOIÂNIA - Resposta a respeito da existência do PPM em seu bairro - 1993.





Esc.: 1:4


LEGENDA:

 - a. Nunca existiu um PPM funcionando na nossa comunidade

 - b. O Posto existe e está funcionando bem

 - c. Existe o PPM, porém, não funciona

 - d. Existe interesse na instalação do PPM

 - e. Não existe interesse na instalação do PPM


 - f. Deixaram de responder

TABELA 09 (PAB) - Resposta dada pelos representantes de Associações a respeito do trabalho e atenção executada pelos Policiais Militares na comunidade.

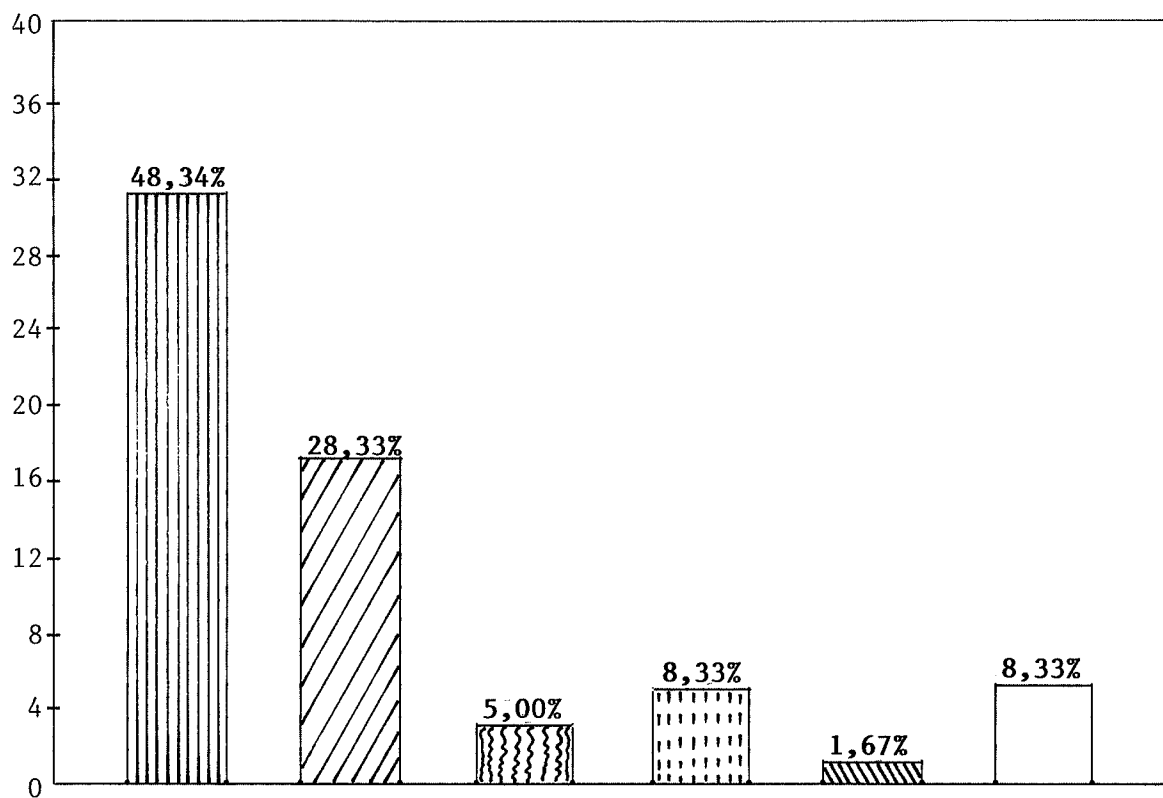
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Dedicam muita atenção	29	48,34
b. Dedicam alguma atenção	17	28,33
c. Raramente dão atenção	03	5,00
d. Dedicam pouca atenção	05	8,33
e. Não dedicam nenhuma atenção	01	1,67
f. Deixaram de responder	05	8,33
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 48,34% responderam que dedicam muita atenção; 28,33% consideraram que dedicam alguma atenção; disseram que dedicam pouca atenção 8,33%; deixaram de responder a pergunta 8,33%; consideraram que raramente dão atenção 5,00%; e, 1,67% acharam que não dedicam nenhuma atenção.

GRÁFICO 09 (Tabela 09 - PAB)

GOIÂNIA - Resposta a respeito do trabalho e atenção dedicada pelos PMs na comunidade - 1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. Dedicam muita atenção
-  - b. Dedicam alguma atenção
-  - c. Raramente dão atenção
-  - d. Dedicam pouca atenção
-  - e. Não dedicam nenhuma atenção
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 10 (PAB) - Resposta oferecida pela comunidade quando necessita dos trabalhos Policiais Militares sobre o local que os procura.

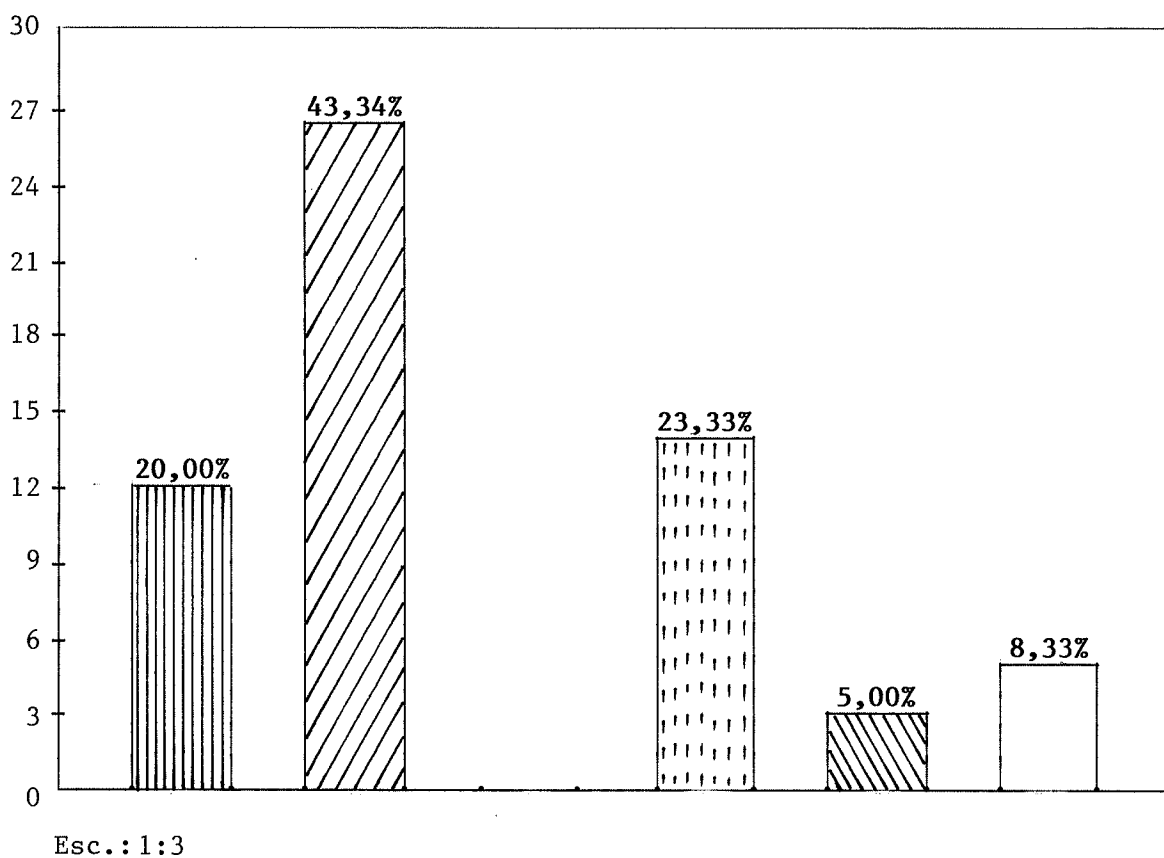
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Procura o Policial mais conhecido	12	20,00
b. Procura o seu local de trabalho	26	43,34
c. Não procura nem telefona	—	—
d. Telefona no fone 190	14	23,33
e. Procura fazer contato com a Polícia Civil	03	5,00
f. Deixaram de responder	05	8,33
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

43,34% dos pesquisados responderam que procuram o seu local de trabalho; disseram que ligam para o fone 190, 23,33%; afirmaram que procuram o policial mais conhecido 20,00%; deixaram de responder a pergunta 8,33%; responderam que procuram a Polícia Civil 5,00%; e, a respeito do item não procura nem telefona o índice de resposta foi zero.

GRÁFICO 10 (Tabela 10 - PAB)

GOIÂNIA - Resposta sobre os locais que procuram quando necessitam dos trabalhos dos PMs - 1993.



LEGENDA:







-  - a. Procura o Policial mais conhecido
-  - b. Procura o seu local de trabalho
-  - c. Não procura nem telefona
-  - d. Telefona no fone 190
-  - e. Procura fazer contato com polícia civil
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 11 (PAB) - Respostas dos representantes de Associações de Bairros, sobre o grau de segurança da comunidade, quando existe um Policial Militar de serviço próximo à sua residência.

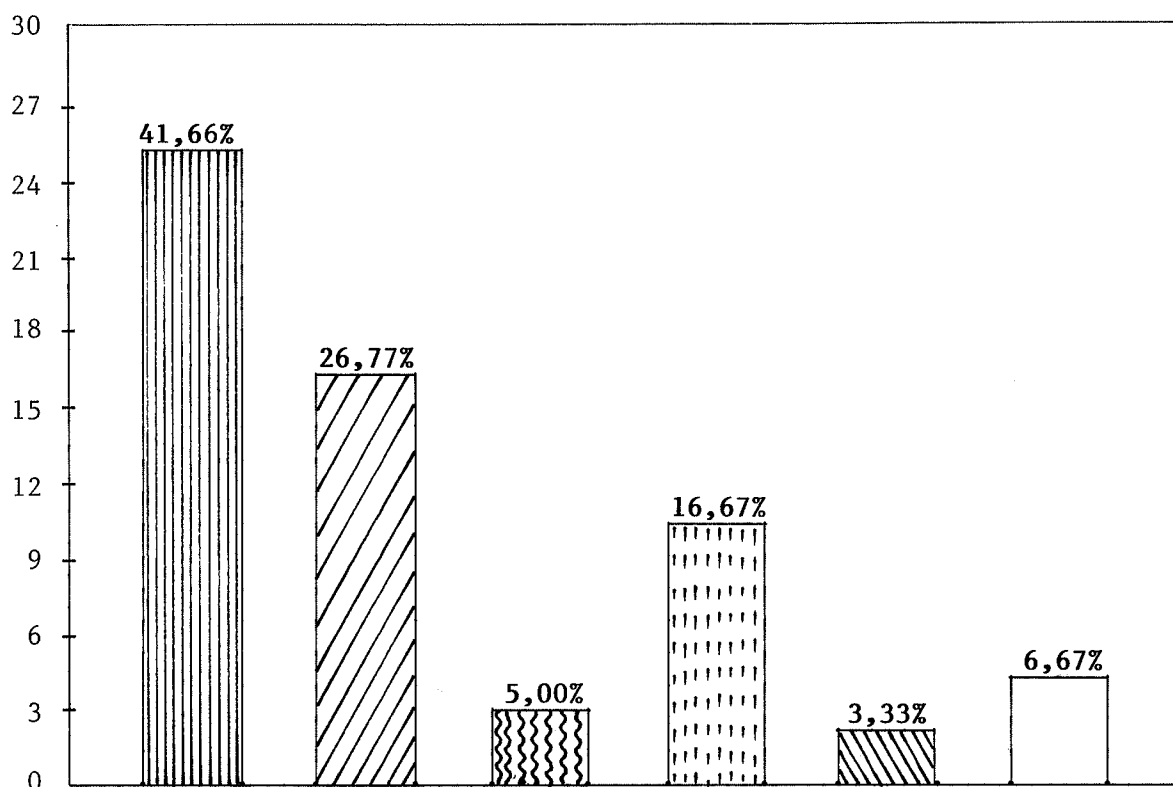
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Sinto-me seguro	25	41,66
b. Depende do Policial	16	26,67
c. Às vezes sinto-me seguro	03	5,00
d. Sinto-me relativamente seguro	10	16,67
e. Não sinto nenhuma segurança	02	3,33
f. Deixaram de responder	04	6,67
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

Dos pesquisados 41,66% responderam que sentem-se seguros; disseram que depende do policial 26,67%; consideraram sentirem-se relativamente seguros 16,67%; deixaram de responder 6,67%; afirmaram às vezes sentirem-se seguros 5,00%; e, responderam não sentir nenhuma segurança 3,33%.

GRÁFICO 11 (Tabela 11 - PAB)

GOIÂNIA - Sobre o grau de segurança da comunidade, quando existe PM de serviço próximo à sua residência - 1993.



Esc.: 1:3

LEGENDA:







-  - a. Sinto-me seguro
-  - b. Depende do Policial
-  - c. Às vezes sinto-me seguro
-  - d. Sinto-me relativamente seguro
-  - e. Não sinto nenhuma segurança
-  - f. Deixaram de responder

TABELA 12 (PAB) - Respostas dos representantes de Associações de Bairros, sobre a existência de reunião com sua comunidade, com a finalidade de oferecer residência aos Policiais Militares que trabalham no PPM de seu bairro.

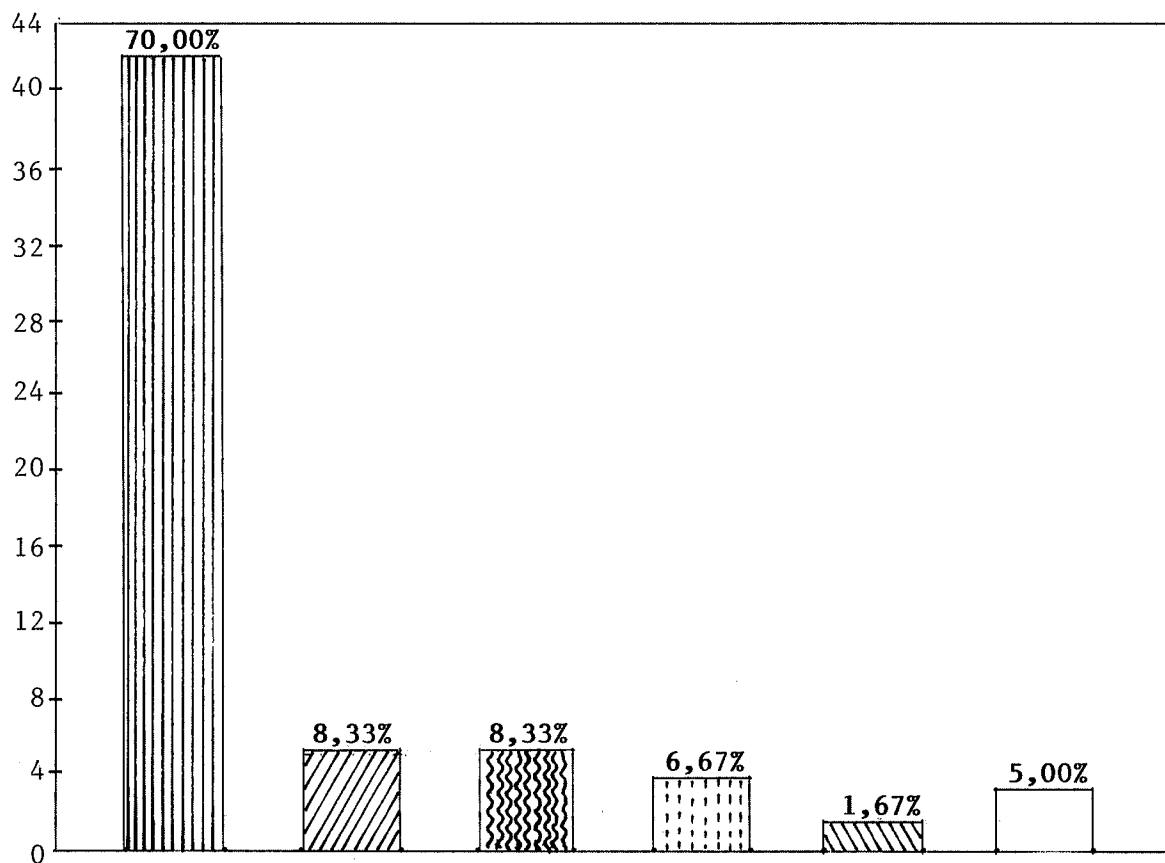
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Nunca houve reunião para esse fim	42	70,00
b. Já houve, mas, não foi dada continuidade na idéia	05	8,33
c. A Polícia Militar que é responsável por isso	05	8,33
d. Já houve, existe inclusive um projeto	04	6,67
e. Este é um problema particular de cada Policial	01	1,67
f. Deixaram de responder	03	5,00
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

70,00% dos pesquisados responderam que nunca houve reunião para esse fim; 8,33% disseram que já houve, mas não foi dada continuidade na idéia; 8,33% afirmaram que a Polícia Militar que é responsável por isso; 6,67% afirmaram que já houve e existe inclusive um projeto; deixaram de responder 5,00%; e, apenas 1,67% acharam que este é um problema particular de cada policial.

GRÁFICO 12 (Tabela 12 - PAB)

GOIÂNIA - Resposta sobre a existência de reunião com a finalidade de oferecer residência aos PMs que trabalham nos PPM do seu bairro - 1993.



Esc.: 1:4

LEGENDA:







-  - a. Nunca houve reunião para esse fim
-  - b. Já houve, mas, não foi dado continuidade na idéia
-  - c. A Polícia Militar que é responsável por isso
-  - d. Já houve, existe inclusive um projeto
-  - e. Este é um problema particular de cada policial
-  - f. Deixaram de responder.

TABELA 13 (PAB) - Respostas dos representantes de comunidades querendo saber se já convidaram Policiais Militares para participarem de reuniões em suas Associações.

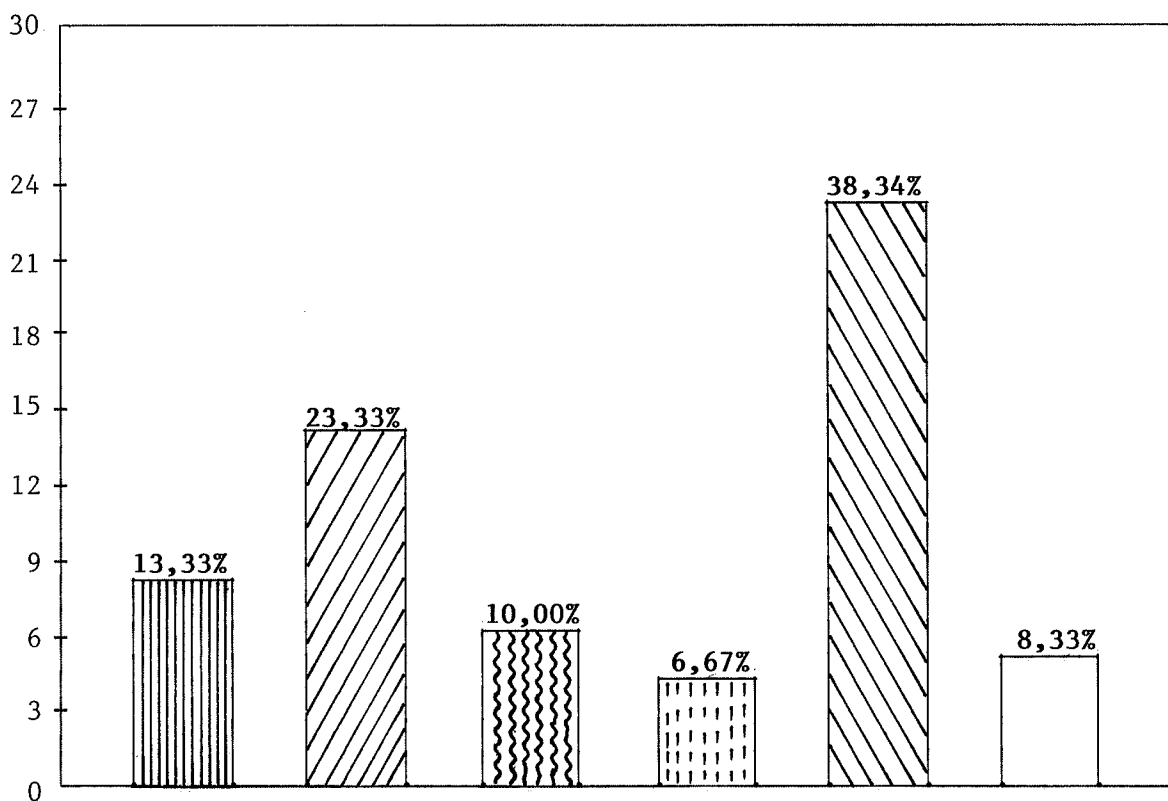
A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Sim, várias vezes	08	13,33
b. Sim, algumas vezes	14	23,33
c. Sempre convidamos e compareceram	06	10,00
d. Sempre convidamos mas não comparecem	04	6,67
e. Nunca convidamos	23	38,34
f. Deixaram de responder	05	8,33
T O T A L	60	100,00

Fonte: Própria

38,34% dos pesquisados responderam que nunca convidaram; 23,33% disseram sim algumas vezes convidamos; afirmaram que já convidaram várias vezes 13,33%; responderam que sempre convidaram e sempre compareceram 10,00%; deixaram de responder 8,33%; e, disseram que sempre convidaram e nunca comparaceram 6,67%.

GRÁFICO 13 (Tabela 13 - PAB)

GOIÂNIA - Querendo saber se já convidaram PMs para participarem de reuniões em suas Associações - 1993.



Esc.: 1:3

LEGENDA:

▤ - a. Sim, várias vezes

▥ - b. Sim, algumas vezes

▧ - c. Sempre convidamos e compareceram

▨ - d. Sempre convidamos mas não comparecem

▩ - e. Nunca convidamos

□ - f. Deixaram de responder

TABELA 14 (PAB) - Sugestões apresentadas pelos presidentes de Associações de Bairros, para melhorar a segurança pública em sua comunidade.

A l t e r n a t i v a s	Frequência	%
a. Oferecer salários mais dignos aos PMs	18	20,70
b. Adquirir mais equipamentos	10	11,49
c. Distribuir mais viaturas	10	11,49
d. Aumentar o efetivo	17	19,54
e. Criação e instalação de mais PPM	6	6,90
f. Proporcionar mais reunião e entrosamento PM/Comunidade	13	14,94
g. Outras	13	14,94
T O T A L	87	100,00

Fonte: Própria

7.6 - ANÁLISE REFERENTE ÀS ALTERNATIVAS

A) Formulário dos Policiais Militares Comunitários

O exame dos resultados obtidos permitiu analisar a atuação dos Policiais Militares que trabalham nos PPM. Procurou-se evidenciar nesse trabalho: a) o interesse do Policial Militar em desenvolver um bom trabalho junto à comunidade; b) se estão satisfeitos com esta atividade; c) receptividade da comunidade a forma de Policiamento Comunitário; d) uma questão em aberto com o intuito de colher maiores informações deixadas de se observar nos formulários, para melhorar o seu trabalho com a comunidade.

QUESTÃO 01: Demonstrou que 65,80% dos Policiais Militares pesquisados responderam estar muito satisfeitos, ou no mínimo mais ou menos satisfeitos com o trabalho que vem prestando nos Postos Policiais Militares, junto à comunidade pertinente.

QUESTÃO 02: Os Presidentes de Associações de Bairros evidenciam, pelo índice de 86,45%, que a forma de Policiamento Comunitário é muito boa, ou no mínimo regular, comprovando desta forma a expectativa de viabilidade deste trabalho desenvolvido por outros Estados brasileiros.

QUESTÃO 03: Os Policiais Militares, num percentual de 62,58%, responderam que sim, que seria bem melhor residir próximo ou no mesmo bairro do seu trabalho, para conhecer melhor os problemas da sua comunidade, ou, no mínimo, que não faz diferença, comprovando que se o Policial Militar residisse no mesmo bairro em que trabalha, com certeza teria maior probabilidade de produzir mais no seu trabalho, e teria maior integração com a Comunidade; dados também confirmados na questão 05, que mesmo antes

da instalação dos PPM, os Policiais Militares já eram procurados em suas residências.

QUESTÃO 04: Procurou-se verificar nesta questão, como tem sido as solicitações dos serviços Policiais Militares pela comunidade. Após análise dos dados, constatou-se que 81,61% dos Policiais responderam que seus serviços têm sido muito solicitados, ou no mínimo, às vezes solicitados, o que comprova a viabilidade do Policiamento Comunitário.

QUESTÃO 05: Buscou-se em seguida retirar dos Policiais Militares que concorrem a serviços nos PPM, se mesmo antes da implantação desta forma de Policiamento Comunitário, já haviam sido procurados em suas residências para prestar serviços à comunidade. A Tabela 05 (PM) esclareceu que dos pesquisados 57,74% responderam que sim, pois muitas vezes já foram procurados em suas residências ou no mínimo algumas vezes já os procuraram.

Foi colocada no formulário de pesquisa, uma questão em aberto, com vistas à colher dos entrevistados sugestões para melhorar o seu trabalho junto a comunidade que prestam serviços, onde foram opinadas dentre outras as seguintes:

- Estabelecimento de uma melhor escala de serviço (12 x 36 horas de trabalho por folga): 75 sugestões;
 - Mais apoio do Comandante e da Comunidade: 67 sugestões;
 - Pagamento de melhores salários: 51 sugestões;
 - Adquirir e distribuir mais equipamentos: 32 sugestões;
 - Maior independência nos PPM para atender melhor a comunidade.
-

munidade: 27 sugestões;

— Distribuir mais viaturas aos PPM: 22 sugestões;

— Aumentar o efetivo policial: 21 sugestões.

Ficando confirmada a viabilidade da forma de Policiamento Comunitário, como sendo uma solução para diminuir o índice de criminalidade, e, proporcionar maior segurança bem como integração entre PM e Comunidade.

B) Formulários dos Presidentes de Associações de Bairros

O exame dos resultados obtidos permitiu analisar a participação da comunidade nas diversas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, bem como procurou avaliar o grau de interesse da comunidade pela forma de Policiamento Comunitário, e o nível de integração existente entre PM e Comunidade.

TABELA 01 (PAB): 87,33% dos entrevistados julgaram de extrema importância, ou no mínimo de grande importância, a participação da Comunidade na elaboração do planejamento das operações de Policiamento Comunitário em seu bairro.

TABELA 02 (PAB): Evidencia-se pelo índice de 78,33% dos pesquisados que nunca foram convidados pela Polícia Militar, ou no mínimo foram convidados algumas vezes, para participarem de reuniões para discutir assuntos sobre Policiamento Comunitário em seu bairro.

TABELA 03 (PAB): As respostas ao formulário indicaram que 65,00% dos pesquisados afirmaram que os Policiais Militares mais conhecidos certamente resolveriam melhos os problemas da Comunidade, ou no mínimo, talvez seria melhor.

TABELA 04 (PAB): Quando perguntados se acreditavam que os Policiais Militares que executam o Policiamento Comunitário morassem no mesmo bairro em que trabalham resolveriam melhor os problemas, 66,66% responderam que sempre resolveriam, ou no mínimo, às vezes resolveriam.

TABELA 05 (PAB): Indagados a respeito da assistência prestada pela Polícia Militar à Comunidade, 68,33% dos entrevistados responderam que a assistência é muito boa, ou no mínimo regular, enquanto que apenas 25,00% disseram que a assistência é insuficiente ou não prestam assistência nenhuma.

TABELA 06 (PAB): Procurando medir o grau de assistência à Comunidade após a instalação do PPM no seu bairro, os respondentes afirmaram com um índice de 63,33% que a assistência melhorou muito, e, somente 15,00% responderam que não melhorou ou que não prestam nenhuma assistência, bem como 11,67% disseram que tem apenas projeto.

TABELA 07 (PAB): Mostra claramente através de 68,33% dos pesquisados que a Polícia Militar Comunitária, quando solicitada a prestar segurança, oferece uma boa resposta, ou no mínimo uma resposta regular.

TABELA 08 (PAB): Quando perguntados sobre a existência e funcionamento do PPM em seu bairro, 60,00% dos pesquisados responderam que o Posto existe e está funcionando bem, porém 23,34% deles disseram que nunca existiu um PPM funcionando em seu bairro, e existe interesse na sua instalação, confirmando um item da Tabela 06.

TABELA 09 (PAB): Sobre a questão de segurança, na sua

execução a fazem com alguma atenção, 76,67% disseram que dedi cam muita atenção, ou no mínimo alguma atenção.

TABELA 10 (PAB). Procurando saber dos Presidentes de As sociações de Bairros, quando a sua comunidade está necessitando dos trabalhos da Polícia Militar Comunitária, onde vão procurar, 43,34% dos entrevistados responderam que procuram seu local de trabalho, ou seja, o PPM; 23,33% disseram que ligam para o fone 190 e 20,00% afirmaram que procuram o Policial Militar mais conhe cido.

TABELA 11 (PAB). 63,33% dos pesquisados afirmaram que sentem-se seguros quando existe um Policial Militar de serviço próximo à sua residência, ou no mínimo relativamente seguros.

TABELA 12 (PAB). Sobre a existência de reunião na Comuni dade para fornecer residência para o PM que trabalha no Posto Policial Militar, evidenciado na referida tabela, 70,00% respon deram que nunca houve reunião para esse fim, questão considera da de primordial importância para um maior rendimento nesta for ma de policiamento, bem como meio de integração PM-Comunidade.

TABELA 13 (PAB). Perguntamos aos Presidentes de Associa ções de Bairros, se já haviam convidado os Policiais Militares para participarem de reuniões em sua comunidade, 61,67% dos en trevistados responderam que nunca convidaram, ou no mínimo já convidaram algumas vezes.

No formulário foi colocada uma questão aberta, procuran do colher dos Presidentes de Associações de Bairros, algumas su gestões para melhorar a segurança pública em seu bairro. Dentre outras, selecionamos as seguintes:

— Oferecer salários mais dignos aos PM: 18 sugestões;

— Aumentar o efetivo Policial: 17 sugestões;

— Proporcionar mais reuniões e entrosamento com a Comunidades: 13 sugestões;

— Melhorar os equipamentos (VTR, Comunicação e Armamentos): 20 sugestões;

— Criação e instalação de mais PPM: 06 sugestões.

Foram pesquisados 60 Presidentes de Associações de Bairros, dentre eles 70% são de bairros que já possuem PPM em sua Comunidade; os resultados comprovaram a viabilidade da forma de Policiamento Comunitário, devendo contudo procurar um melhor aparelhamento e expansão aos demais bairros da Grande Goiânia, estendendo-se inclusive às demais cidades de grande população, após um minucioso estudo.

7.7 - SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

A seguir serão apresentadas 05 entrevistas, com autoridades da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Tais entrevistas constam de questões elaboradas, sintetizadas ao máximo, mas ao mesmo tempo, abrangente ao trabalho em si como um todo.

Entrevista feita com o Sr. Coronel PM PAULO ALVES VIEIRA, Comandante do Policiamento Metropolitano da Polícia Militar do Estado de Goiás.

01) NA OPINIÃO DO SR. A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA FORMA DE POLICIAMENTO VIÁVEL PARA GOIÁS? POR QUÊ?

R: É viável tanto em cidade de grande e médio portes, como ocorre em Destacamento PM de cidade de cinco a seis mil habitantes.

A grande vantagem está na identidade do PM com a geografia local, a população e seus costumes, culturas, etc. O PM, à medida que permanece mais tempo assimilando o dia-dia do local, morando e vivendo os problemas relativos a conquistas ou a manutenção de bens comuns, integra-se à comunidade e esta, por sua vez, só tem a ganhar em termos de segurança, pois ela passa a participar até mesmo nas ações, informando a PM de irregularidades que não é do seu conhecimento.

02) SR. CORONEL, NA SUA OPINIÃO DE QUAL FORMA SERIA VIÁVEL O FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS?

R: A forma de agilizar o Policiamento Comunitário na Capital já se faz; falta apenas seus aperfeiçoamentos e também conscientizar os Comandantes de frações no sentido de dar estabilidade ao homem no espaço em que estiver escalado. Estimular, se possível, o PM a residir através de recursos próprios, ou junto à própria comunidade edificar residência destinada ao mesmo. Neste caso ele ficará à disposição da comunidade todo o tempo, pois a sua residência servirá de um referencial.

03) A RESPEITO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAL SERIA O MODELO IDEAL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO PPMC?

R: As instalações do PPM deveriam ficar junto aos outros segmentos comunitários, como Posto de Saúde, Creche Escolar, etc. As instalações do PPM precisam conter: uma sala de recepção, uma sala de comunicação, que servirá de dependência para o Comandante do PPM, uma copa onde possa servir de cozinha para refeições rápidas, um alojamento com instalações sanitárias, um pequeno pátio, e garagem para dois veículos.

04) O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA É UMA FORMA BOA DE INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE?

R: Sem dúvida esta é uma forma inteligente, democrática e correta de se fazer policiamento, já testada e com comprovada eficácia. Ver o exemplo de Anápolis.

05) SR. CORONEL, O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA DEVE TER AUTONOMIA PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUA COMUNIDADE? POR QUÊ?

R: Autonomia relativa, pois todo trabalho de frações menores, para uma melhor performance, necessita de integração, apoio e coordenação.

Entrevista feita com o Sr. Ten. Cel. PM JOAQUIM ANTÔNIO SOBRINHO Cmt do 1º Batalhão da Polícia Militar de Goiás.

01) NA OPINIÃO DO SR. A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA FORMA DE POLICIAMENTO VIÁVEL PARA GOIÁS? POR QUE?

R: Sendo o povo goiano, cordato, de espírito aberto a auxiliar o próximo, conclui-se que é viável a forma de policiamento comunitário.

02) SR. TEN CEL, NA SUA OPINIÃO DE QUAL FORMA SERIA VIÁVEL O FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS?

R: Para o perfeito funcionamento do policiamento comunitário, há que verificar alguns aspectos e comportamentos:

- a) verdadeiro espírito de cavalheirismo por parte do PM;
- b) capacidade de aproximação e relacionamento interpessoal;
- c) promover diálogo constante com os seguimentos representativos do povo;
- d) interesse marcante de ajudar, tanto por parte do PM quanto da comunidade;
- e) aprimoramento constante do convívio comunidade/PM;
- f) conscientizarem, comunidade/PM, que somar é sempre mais importante que dividir, pois a soma fortalece, robustece qualquer busca de solução.

03) A RESPEITO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAL SERIA O MODELO IDEAL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO PPMC?

R: O PPMC é na verdade um local, não só de permanência ou base para o PM, funciona também como centro das discussões diversas dos problemas do bairro. Em assim sendo é

necessário uma instalação funcionável e que possa abrigar um número rotativo de pessoas, onde o Cmt apresentará os feitos anteriores, ganhando confiança e mostrando as dificuldades.

04) O SR. ACHA QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA BOA FORMA DE INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE?

R: Não se pode fazer Polícia sozinho. O trabalho de segurança nos obriga a um contato diário com a comunidade. Só a busca de soluções para se oferecer segurança nos leva a um contato constante direto com a comunidade. Desta forma, este corpo a corpo, resulta em integração Polícia Militar e a Comunidade.

05) SR. TEN CEL, O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DEVE TER AUTONOMIA PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUA COMUNIDADE? POR QUÊ?

R: O Cmt do PPMC deve ter certa autonomia para determinados atendimentos. A Polícia se propõe a atender a população em seus reclames, previamente estabelecidos tais como: atendimento policial; atendimentos de urgência médica; socorro em catástrofe; queda de barreiras; queda de postes com fios de alta tensão, por acidente, enchentes, etc. Esta autonomia valoriza o Cmt do PPMC, ensejando maior confiança da população.

Entrevista feita com o Sr. Tenente Coronel PM FLORISVALDO BARBOSA DE ARAÚJO, comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás.

01) NA OPINIÃO DO SR. A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA FORMA DE POLICIAMENTO VIÁVEL PARA GOIÁS? POR QUÊ?

R: Porque propicia a integração do Policial Militar com a Comunidade.

O PM passa a conhecer os integrantes da Comunidade dos bairros, ensejando aí um bom relacionamento, bem como passa a identificar os problemas mais comuns, fatos que dão ao PM o caráter de confiabilidade e segurança, como elemento referencial.

02) SR. TEN CEL, NA SUA OPINIÃO DE QUAL FORMA SERIA VIÁVEL O FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS?

R: O atual Sistema de Polícia Comunitária segue o modelo padronizado, distinguindo de outras apenas nas peculiaridades. O atual é viável, carecendo de mais avanço na integração entre PM x Comunidade, por falta de mais ação dos integrantes da PM e mais consciência por parte da Comunidade. Na verdade carece de maior efetivo/PM e de viaturas para cobrir toda a área efetivamente.

03) A RESPEITO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAL SERIA O MODELO IDEAL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO PPMC?

R: As instalações físicas são adequadas e atendem às necessidades para o funcionamento regular do PPM, dentro da nossa estrutura e capacidade operacional da PM.

04) O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA BOA FORMA DE

INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE?

R: Sem dúvida, é a nova concepção de policiamento moderno, que integra o PM com a Comunidade, cujo resultado tem comprovado isso.

05) SR. TEN CEL, O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DEVE TER AUTONOMIA PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUA COMUNIDADE? POR QUÊ?

R: A Polícia Comunitária tem sua autonomia dentro das atribuições que lhe confere as Normas Legais pertinentes, todavia devem seguir as orientações e recomendações preconizadas, para que não fujam ao controle dos Comandos competentes.

Entrevista feita com o Sr. Tenente Coronel PM JOÃO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR, comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás.

01) NA OPINIÃO DO SR. A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA FORMA DE POLICIAMENTO VIÁVEL PARA GOIÁS? POR QUÊ?

R: É uma forma viável de policiamento para Goiás. Pois além de dar um maior leque de conhecimento com a comunidade do(s) setor(s) abrangente(s), aproxima PM x Comunidade. Além do que em nosso Estado a maioria da população é constituída por gente simples e humildes que realmente buscam amparo na Polícia Militar.

02) SR. TEN CEL, NA SUA OPINIÃO DE QUAL FORMA SERIA VIÁVEL O FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS?

R: Aquela de máxima convivência com a comunidade, inclusive conhecendo todos que ali residem. Setor(es) constituindo uma verdadeira família.

03) A RESPEITO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAL SERIA O MODELO IDEAL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO PPMC?

R: Seria aquele em que comportaria um contingente suficiente e proporcional a população do(s) setor(es) abrangentes e que ele de fato dê as devidas condições de trabalho aos nossos PMs (alojamento, refeitório, sala de lazer etc) como um destacamento bem apresentável.

04) O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA BOA FORMA DE INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE?

R: Há de se trabalhar muito com o nosso pessoal para se chegar a boa integração entre PM x Comunidade, pois temos

de nos tornar mais independentes, de forma que o nosso serviço seja de fato reconhecido sem a devida subserviência.

05) SR. TEN CEL, O SR. ACHA QUE A POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DEVE TER AUTONOMIA PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUA COMUNIDADE? POR QUÊ?

R: Sim, deve ter a sua autonomia tendo em vista que a comunidade deve conhecer os integrantes daquele PPMC, o que de fato quebraria aquele gelo existente nas aproximações, relacionamento e muitas das vezes aquele medo de PM.

Entrevista feita com o Sr. Tenente Coronel PM SEBASTIÃO GONÇALVES REZENDE, Comandante do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Estado de Goiás (RPMon).

01) NA OPINIÃO DO SR. A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA FORMA DE POLICIAMENTO VIÁVEL PARA GOIÁS? POR QUÊ?

R: Sim. Na verdade a Polícia Militar em certos casos, não só em todo o Estado, mas também na Capital e nas grandes cidades, através dos destacamentos, vem há muito tempo realizando o policiamento comunitário, da forma como o entendemos, não de maneira intensiva, mas realiza comprovadamente; a aproximação, com o público é muito grande em todos os sentidos. Necessita haver uma melhor burilagem das idéias e dos apoios que devem ser implementados. A Polícia é hoje o único órgão que está ao alcance da sociedade vinte quatro horas por dia, atendendo fatos e atos inerentes as suas atribuições e em dado momento até os extrapola, fazendo todo tipo de ocorrência e até assistência aos menos favorecidos.

02) SR. TEN CEL, NA SUA OPINIÃO DE QUAL FORMA SERIA VIÁVEL O FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS?

R: Como dissemos na pergunta anterior, o Policiamento Comunitário, a Polícia Militar de Goiás, já o realiza há muito tempo e o consideramos viável desde que voltem as atenções com maior afinidade para a segurança pública e incrementalmente:

- Disponibilidade de meios, ou seja:

- . Homens;
 - . Viaturas;
 - . Comunicações;
-

- . Armamento;
- . Instalações adequadas.

E o principal que é o salário.

A partir daí o restante, pode deixar que a corporação se encarrega de fazer, como:

- a) divulgação das suas missões;
- b) aproximação;
- c) escalas do pessoal;
- d) visitas diárias a residência, comércio, indústrias, etc;
- e) fiscalização das ações policiais por parte do público e atendimento das reclamações e denúncias dele oriundas;
- f) reuniões permanentes e esporádicas, de orientação à população;
- g) abertura das instalações ao público, devidamente controlada;
- h) tudo que for necessário para fazer valer a idéia de que segurança pública, não está afeta só à Polícia, mas a responsabilidade de todos, fazendo assim:
 - Instrumentos de pressão
 - Fiscalização
 - Manutenção.

03) A RESPEITO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAL SERIA O MODELO IDEAL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO PPMC?

R: Em alguns casos "sim", outros não. Na verdade podemos dizer que nossos PPM não apresentam algo digno e que fazem jús ao trabalho que a Polícia Militar realiza. Ameniza a

situação. Cobre a situação da operacionalidade.

Quanto ao modelo ideal seria aquele que é constituído dentro dos padrões de conforto e sobretudo localizado em posições estratégicas, aprovado mediante um aprofundado estudo de meios e de área.

04) O SENHOR ACHA QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA É UMA BOA FORMA DE INTEGRAÇÃO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE?

R: Sim. Não devemos ter dúvidas quanto a integração.

05) SR. TEN CEL, O SR. ACHA QUE A POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DEVE TER AUTONOMIA PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUA COMUNIDADE? POR QUE?

R: Não. Porque o policiamento Comunitário atende o policiamento de sua área, mas tudo sob a coordenação de uma central, que no nosso caso é o COPOM.

VIII - SUGESTÕES

Levando em consideração não ser esta a primeira pesquisa a abordar o assunto referente aos PPM, e que as demais constituíram um excelente estudo do qual deve-se considerar, esta é apenas uma tentativa de acrescentar alguma coisa além, no sentido de se mostrar que existem outras diretrizes a serem postas em uma escala de apreciação.

Este, não é um programa de velhas gerações fracassadas, ao contrário, a sua finalidade é a de criar as metas das novas e atuais gerações que vivem e sobrevivem num mundo pressionado pela violência e pelo medo.

Para tentar encontrar uma solução, os PPM estão em atividade dentro das possibilidades que lhes foram oferecidas, no entanto, algumas outras medidas podem ser recomendadas a fim de que se melhore suas condições de atuação:

1) Os Postos, por sua deficiência, poderiam ser formados de um efetivo mínimo de 10 PM, e assim divididos: 01 Comandante que supervisionasse toda a atividade dos demais e que efetuasse uma maior integração com a comunidade; 03 PM que reveassem no comando do rádio; e 3 equipes de 2 PM que trabalhassem na viatu

ra, escalonando-os em três períodos;

2) A possibilidade de existir pelo menos 01 viatura em disponibilidade, em período integral;

3) Melhores condições no que diz respeito às instalações dos Postos, visto que, para seu melhor funcionamento este deveria ser composto de 01 sala de rádio, 01 recepção, 01 alojamento e 01 banheiro, e um pequeno xadrez para recolher detido por pouco período no caso de coincidir mais de uma ocorrência no mesmo horário;

4) Uma maior autonomia aos PM e menos burocracia para maior rapidez às solicitações da comunidade;

5) A criação de novos Postos, de forma que cada setor pudesse ter o seu próprio PPM;

6) A possibilidade de se fazer convênios com Prefeituras e diversos segmentos sociais, tais como Maçonaria, Lions Clube, etc., que contribuiriam de alguma forma na construção e manutenção dos PPM;

7) Aquisição de equipamentos e armamentos mais modernos, para uma segurança mais eficaz no combate a criminalidade;

8) Cursos especializados na área de Relações Humanas aos PM, para facilitar a sua integração com a comunidade;

9) Melhoria de salários dos PM, para que pudessem ter uma melhor condição de vida com seus familiares, e, desta forma, uma tranquilidade para o trabalho;

10) Criação de Conselhos Comunitários de Segurança, obje

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

tivando debater e orientar tanto a comunidade como os Policiais envolvidos com o programa, visando a participação mútua para o combate à criminalidade e maior integração Polícia Militar e Comunidade.

11) Envidar esforços no sentido de construir casas residenciais no mesmo setor dos Postos para os Policiais Militares que trabalham nos Postos Policiais Militares.

CONCLUSÃO

As pesquisas realizadas no presente trabalho foram direcionadas à buscar subsídios que possibilitem comprovar a eficiência e a eficácia da implantação efetiva do Policiamento Comunitário na Polícia Militar do Estado de Goiás!

Partindo do entendimento do tema deste TTP, procurou-se elencar os fatores que, por suas características, pudessem orientar e afirmar os principais pontos a serem trabalhados para se alcançar os objetivos almejados. É dentro desta visão que situamos as partes deste trabalho, valorizando todos os tópicos pesquisados, e como resultado foram reunidos os detalhes julgados necessários para a implantação do Policiamento Comunitário na Polícia Militar de Goiás, com base em parâmetros reais.)

M Através das pesquisas constatou-se que o Policiamento Comunitário é uma das formas de trabalho desenvolvido por diversas Polícias Militares do Brasil, com comprovada eficiência, superando inclusive as expectativas esperada. No Estado de Goiás, esta variante de Policiamento já vem sendo realizado de forma embrionária, com muita cautela e diversas dificuldades, porém com muita eficiência. u

Este trabalho foi realizado procurando buscar uma participação efetiva dos diversos segmentos que estão diretamente ligados com a sua execução. (Por meio dos diversos formulários e entrevistas, procurou-se abordar de forma suscinta os objetivos do tema proposto, visando a comprovação de sua viabilidade, bem como as técnicas que devem ser adotadas. Na análise das pesquisas, ficou comprovado que a comunidade, diante do clima de insegurança e a preocupação com a criminalidade, está disposta, através de uma integração maior com a Polícia Militar, somar esforços, pela conquista de objetivos comuns que é a Paz e a Segurança, haja visto que, só a simples presença do PM no bairro, já inspira tranquilidade e inibe a prática ou ameaça de violência.

U Ficou evidente, (mediante respostas emitidas ^{Pela comunidade} tanto pelos Policiais Militares que desenvolvem este tipo de trabalho, como pelos Presidentes de Associações de Bairros, que existe uma necessidade premente de programas de maior integração entre Polícia Militar e Comunidade.

Comprovou-se também que para maior interesse, integração e rendimento profissional, a relação entre PM e Comunidade existirá se o mesmo passar a residir no mesmo setor onde executa seus trabalhos.

De tudo exposto, podemos confirmar que os objetivos do presente Trabalho Técnico Profissional, o qual retrata fielmente os anseios e aspirações do Profissional Militar, que procura através de seus esforços, cumprir sua missão constitucional, bem como os da comunidade que através de sua insatisfação com a atual situação de intranquilidade e insegurança, juntos buscam esforços conjuntos, PM e Sociedade, criando mecanismos que certamente vão amenizar ou diminuir o atual índice de crescimento da criminalidade.

B I B L I O G R A F I A

- COSTA, Alcino Lagares Cortez. Policiamento Comunitário. s/d.
- COSTA, Oto e outros. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora do Brasil. s/d.
- DIAS, Hercílio Alves e outros. Polícia Comunitária: maior eficácia e eficiência da ação policial em benefício da comunidade. Brasília (DF), nov/92. Monografia.
- DUVERGER, Maurice. Sociologia Política. 3ª edição, São Paulo, Editora Forense, 1968.
- ENCICLOPÉDIA LELO UNIVERSAL. Cidade do Porto, 9º volume.
- ENCICLOPÉDIA MÉRITO UNIVERSAL. Editora Mérito, volume 1.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro, Editora Delta S/a, 1970. 9º volume.
- LAZZARINI, Álvaro. Direito Administrativo da Ordem Pública. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1987.
- MEIRELES, Amauri. Nós somos Um. Policiamento Distrital. Impreso na Gráfica do CSM/INT. Belo Horizonte, dez/90.
-

PAULO, Vicente de. Postos de Policiamento Ostensivo Fixos: instalação e operacionalização, assegurando a produção dos resultados desejados. Belo Horizonte, 1992. Monografia.

PEDROSO FILHO, Otávio Ferreira. PM destacados no bairro são conhecidos da comunidade e a conhece, gerando maior proteção. Polícia Comunitária (Proposta S/Nr). Ribeirão Preto-SP., 1992. Tese.

REZENDE, Sebastião Gonçalves. Cartilha do Posto Policial Militar. Goiânia, UNICOR Reprodução Gráficas. s/d.

SOUZA, Fernando de Almeida. Projeto de Policiamento Comunitário na área do 6º BPM. Niterói-RJ., out/92. Monografia.

VIEIRA, José Jorge. Manual Básico do Policial Militar. Goiânia, 1990, s/e.

A N E X O S

FORMULÁRIO

O presente questionário é destinado aos Policiais Militares de Goiás, que trabalham nos Postos Policiais Militares.

1. O SR. ESTÁ SATISFEITO TRABALHANDO NO PPM?

- Sim, estou muito satisfeito.
- Sim, estou satisfeito.
- Mais ou menos satisfeito.
- Não faz diferença.
- Não estou satisfeito.

2. NO PONTO DE VISTA DO SR., QUAL A ACEITAÇÃO DO PPM PELA COMUNIDADE?

- Muito boa.
- Boa.
- Regular.
- Indiferente.
- Ruim.

3. O SR. ACHA QUE DEVERIA MORAR PRÓXIMO AO PPM?

- Sim.
- Não.
- Seria bom para conhecer melhor os problemas da comunidade.
- Não faz diferença.
- Não pensei a respeito.

4. REFERENTE À SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO PELA COMUNIDADE AO PPM, TEM SIDO:

- Muito solicitado.
 - Frequentemente solicitado.
 - Às vezes solicitado.
 - Pouco solicitado.
 - Nunca solicitado.
-

FORMULÁRIO

O presente formulário destina-se às Lideranças dos Bairros Comunitários.

O(a) Sr(a) na condição de líder da sua comunidade está sendo convidado(a) a nos ajudar, respondendo este questionário.

Informamos que as respostas emitidas neste, serão mantidas no anonimato, e serão coletadas juntamente com as dos demais Presidentes de Associações de Bairros, para fins estatísticos, podendo ao final beneficiar a toda comunidade do Estado de Goiás.

Assinale um "X" na resposta que julgar mais conveniente e com a maior sinceridade, visto que, certamente, beneficiará a sua comunidade.

1. QUAL A OPINIÃO DO(A) SR(A) A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIAMENTO NOS BAIRROS?

- De extrema importância a participação da comunidade.
- De grande importância.
- De alguma importância.
- Mais ou menos importante.
- De nenhuma importância.

2. O(A) SR(A) JÁ FOI CONVIDADO A PARTICIPAR DE REUNIÕES PARA DISCUTIR ASSUNTOS SOBRE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO EM SEU BAIRRO?

- Nunca fui convidado.
- Fui convidado algumas vezes.
- Fui convidado muitas vezes.
- Quase sempre sou convidado.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

- Sempre sou convidado.
3. O(A) SR(A) GOSTARIA QUE O SERVIÇO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (PPM) FOSSE EXECUTADO SEMPRE PELOS MESMOS POLICIAIS?
- Certamente os mais conhecidos resolveria o problema.
- Talvez será melhor.
- Não pensamos a este respeito.
- Não faz diferença.
- Os conhecidos trazem mais problemas.
4. O(A) SR(A) ACREDITA QUE SE OS POLICIAIS MILITARES DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (PPM) MORASSEM NO MESMO BAIRRO QUE TRABALHAM, RESOLVERIA MELHOR OS PROBLEMAS?
- Apenas em alguns casos.
- Sempre resolveria.
- Às vezes resolveria.
- Não sei.
- Não acredito nessa possibilidade.
5. O(A) SR(A) ACHA QUE A ASSISTÊNCIA POLICIAL PRESTADA À SUA COMUNIDADE É:
- Boa assistência.
- Regular assistência.
- A assistência é insuficiente.
- A assistência é muito boa.
- Não presta assistência nenhuma.
6. O(A) SR(A) ACHA QUE DEPOIS QUE O PPM FOI INSTALADO NO SEU BAIRRO A ASSISTÊNCIA POLICIAL:
- A assistência melhorou muito.
- A assistência não melhorou.
-

- () Ficou pior a assistência.
- () Existe apenas projeto do PPM.
- () Existe PPM mas está desativado.

7. O(A) SR(A) QUANDO SOLICITOU A POLÍCIA MILITAR A PRESTAR SEGU
RANÇA NA SUA COMUNIDADE ELA:

- () Oferece uma boa resposta.
- () Oferece uma resposta regular.
- () A resposta oferecida é muito boa.
- () A resposta é insuficiente.
- () Não oferece resposta às solicitações.

8. SOBRE A EXISTÊNCIA DE POSTO POLICIAL MILITAR NA SUA COMUNIDA
DE:

- () Nunca existiu um PPM funcionando na nossa comunidade.
- () O Posto existe e está funcionando bem.
- () Existe interesse na instalação do PPM.
- () Existe o PPM, porém, não funciona.
- () Não existe interesse na instalação do PPM.

9. GERALMENTE OS POLICIAIS MILITARES QUE EXECUTAM O TRABALHO DE
SEGURANÇA NA SUA COMUNIDADE:

- () Dedicam muita atenção.
- () Dedicam alguma atenção.
- () Dedicam pouca atenção.
- () Raramente dão atenção.
- () Não dedicam nenhuma atenção.

10. O(A) SR(A) QUANDO NECESSITA DOS TRABALHOS POLICIAIS MILITA
RES, NORMALMENTE:

- () Procura o policial mais conhecido.
-

- Procura o seu local de serviço.
- Telefona no fone 190.
- Não procura, nem telefona.
- Procura fazer contato com a Polícia Civil.

11. O GRAU DE SEGURANÇA QUE O SR(A) SENTE AO SABER QUE EXISTE UM POLICIAL MILITAR DE SERVIÇO NAS PROXIMIDADES DE SUA RESIDÊNCIA:

- Sinto-me seguro(a).
- Depende do policial.
- Sinto-me relativamente seguro(a).
- Às vezes sinto-me seguro(a).
- Não sinto nenhuma segurança.

12. EM SUA COMUNIDADE JÁ HOVE REUNIÃO PARA FORNECER RESIDÊNCIAS PARA OS POLICIAIS MILITARES QUE PRESTAM SERVIÇO NO PPM DE SEU BAIRRO?

- Nunca houve reunião para esse fim.
- Já houve mas, não foi dado continuidade na idéia.
- Já houve, existe inclusive um projeto.
- A Polícia Militar que é responsável por isso.
- Este é um problema particular de cada policial.

13. O(A) SR(A) JÁ CONVIDOU OS POLICIAIS MILITARES PARA PARTICIPAREM DE REUNIÕES COMUNITÁRIAS?

- Sim, várias vezes.
- Sim, algumas vezes.
- Sempre convidamos, mas não comparecem.
- Sempre convidamos, e compareceram.
- Nunca convidamos.

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
CMDO DO POL METROPOLITANO

RELAÇÃO DOS PPM DA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA COM ENDEREÇO

ÁREA DO 1º BPM

01. PPM 01 - Jardim Novo Mundo
End.: Av. Cristóvão Colombo s/nº
 02. PPM 02 - Conjunto Riviera
End.: Av. Perimetral c/ rua X 13
 03. PPM 03 - Jardim California
End.: Av. Cristal Lt. 01
 04. PPM 04 - Setor Água
End.: Av. "B" Qd. do Colégio
 05. PPM 05 - Setor Pedro Ludovico
End.: Av. 136-A s/nº
 06. PPM 06 - Bairro Alto da Glória
End.: Rua São Luis Qd. 10 área 3
 07. PPM 07 - Conjunto Parque Atheneu
End.: Rua 2012 s/nº Centro Comercial
 08. PPM 08 - Jardim da Luz
End.: Rua Alm. Barroso s/nº
 09. PPM 09 - Parque Santa Cruz
End.: Av. Presidente Costa e Silva s/nº
-

10. PPM 10 - Serrinha

End.: Rua 1108 s/nº Setor Pedro Ludovico

ÁREA DO 7º BPM

01. PPM 052 - Parque Anhanguera

End.: Rua Machado de Assis s/nº

02. PPM 053 - Cachoeira Dourada

End.: Av. Domiciano Peixoto Pça "E"

03. PPM 054 - Vila União

End.: Rua U-54 Qd. 16 s/nº

04. PPM 058 - Jardim Curitiba II

End.: Av. do Povo s/nº

05. PPM 059 - Setor Finsocial

End.: Rua VF - 64 Qd. 49

06. PPM 060 - Jardim Nova Esperança

End.: Av. Central Qd. 050 s/nº

07. PPM 061 - Jardim América

End.: Pça. C-164 s/nº

08. PPM 062 - Parque Amazonas

End.: Av. José Rodrigues M. Neto s/nº Pça da Feira

09. PPM 063 - Bairro Capuava

End.: Rua Ouro Preto s/nº

10. PPM 066 - Vila Mutirão I

End.: Av. do Povo c/rua E Qd. A s/nº

11. PPM 056 - Setor Aeroviário
End.: Rua 14 s/nº
12. PPM 065 - Parque Industrial João Braz
End.: Rua 13 de Maio c/rua Engº Jardim Qd. 57
13. PPM 057 - Vera Cruz II
End.: Rua Ari Barroso c/rua VC-57 e VC-58
14. PPM 055 - Vila Canaã
End.: Rua C-08 Qd. 10-A Lt. 02
15. PPM 051 - Privê Atlântico
End.: Av. das Amendoeiras Qd. 66 Lt. 01
16. PPM 064 - Vila João Vaz
End.: Rua Florianópolis Qd. 25 s/nº

ÁREA DO RPMon

01. PPM 101 - Conjunto Itatiaia
End.: Rua 10 c/rua 11 Qd. 525 Lt. 03
 02. PPM 102 - Setor Santo Hilário
End.: Rua Moisés Perato c/Pça. Diniz O. Pinto
 03. PPM 103 - Vila Pedroso
End.: Av. Vera Cruz esq. com Av. Minas Gerais
 04. PPM 104 - Bairro Feliz
End.: Rua L-15 s/nº Pça. Cel. Laurício P. Rasmussem
 05. PPM 105 - Setor Criméia Leste
End.: Rua Prof. Francisco Ferreira
-

06. PPM 106 - Setor Perim
End.: Av. Perim Qd. 12 c/rua SP-14
07. PPM 107 - Vila Santa Helena
End.: Rua 15 esq. c/rua da Divisa s/nº
08. PPM 108 - Setor Balneário Meia Ponte
End.: Rua dos Paranaenses nº 113
09. PPM 109 - Setor Urias Magalhães
End.: Av. Solar c/Francisco Magalhães s/nº
10. PPM 110 - Setor Norte Ferroviário
End.: Rua SNF Qd. 01 Lt. 07
11. PPM 111 - Setor São Judas Tadeu
End.: Av. São Cristóvão c/Pça. São Luiz s/nº
12. PPM 112 - Jardim Guanabara
End.: Rua Juiz de Fora Qd. 06
13. PPM 113 - Vila Morais
End.: Rua 02 Qd. 25

ÁREA DO 8º BPM

01. PPM 151 - Cidade Livre
End.: Av. das Nações s/nº - Pça. das Nações
02. PPM 152 - Cidade Livre
End.: Vila Alzira
03. PPM 153 - Cidade Livre
End.: Av. D. Fernando s/nº

04. PPM 154 - Jardim Tiradentes
End.: Rua 15 s/nº
 05. PPM 155 - Setor Garavelo
End.: Setor Garavelo
 06. PPM 156 - Conjunto Cruzeiro do Sul
End.: Av. Nilton Ferreira s/nº
 07. PPM 157 - Vila Santa Luzia
End.: Rua X-26 Qd. 68 Lt. 08
 08. PPM 158 - Vila Isabel
End.: Rua Maria L. Escodro Qd. 04 Lt. 133 (Conjunto Habitacional Mabel)
 09. PPM 159 - Jardim Itaipu
End.: Rua 22 s/nº Conjunto Esmeralda
 10. PPM 160 - Jardim Maysa
End.: Rua Caiaponia Qd. 141 Lt. 39 - Município de Trindade-Go.
 11. PPM 161 - Vila Pai Eterno
End.: Av. 5 nº 122 - Trindade-Go.
 12. PPM 162 - Jardim Califórnia
End.: Rua D.Pedro VI Qd. 14 Lt. 26 - Município de Trindade-Go.
 13. PPM 163 - Vila Santa Maria
End.: Povoado de Santa Maria - Praça Central
 14. PPM 164 - Senador Canedo
-

End.: Rua Goiás s/nº - Vila São João

15. PPM 165 - Jardim das Oliveiras

End.: Rua J-M 4 esq. c/J-M 7 Qd. 01 Lt. 16

16. PPM 166 - Setor Cora Coralina

End.: Rua Pd. Silva de Souza Qd. 24 Lt. 16

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
CMDO DO POL METROPOLITANO

RELAÇÃO DOS PPM DA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA A SEREM INSTA
LADOS

ÁREA DO 1º BPM

- 1) Vila Redenção

ÁREA DO 7º BPM

- 1) Sudoeste - Av. C-12 c/107 s/nº - Praça do Mercado
- 2) Jardim Ana Lúcia - Rua Tupaciguara c/Uberaba
- 3) Vila Mauá - Rua Eginiren Teixeira Qd. 27 Lt. 01
- 4) Vila Santa Tereza - Rua 8 c/B
- 5) Vila São José - Rua São Geraldo s/nº - Pça. N.S. da Conceição
- 6) Bairro Goiá - Av. Três Miquelino c/Av. Mísia Floresta
- 7) Vila Boa - Rua Afonso Pena Qd. 117 s/nº - St. Façal Ville
- 8) Andréia Cristina - Rua Jorge Camargo Qd. 1A - Lt. 1 - Área II
- 9) Setor Serrinha - Av. T-14 c/T-15 Qd. 3
- 10) Vila Mutirão III - Av. da Sede s/nº Qd. 82 Lt. 30
- 11) Parque Amazonas II - Av. José Rodrigues de Moraes Neto s/nº

ÁREA DO RPMon

- 1) Jardim das Aroeiras - Al. das Aroeiras Qd. 20 Lt. 02 - Jardim das Aroeiras
- 2) Maria Dilce - Pça. Sta. Terezinha, s/nº - Vila Maria Dilce
- 3) Jardim Guanabara II - Rua GB-14 Qd. 47 Lt. 01 - Jardim Guanabara II